



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Diretor: José Diniz – Ano XLVII – JANEIRO 2022 Mensário N.º 535 Preço € 0,70



PADM

PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL



TAXA PAGA
PORTUGAL



PORTE PAGO



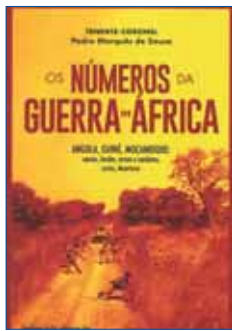
ANO NOVO, TRABALHO INTENSO

A ADFA está cada vez mais activa nos contactos com as Entidades Públicas e Instituição Militar. São disso exemplo as audiências realizadas com os chefes de Estado-Maior da Força Aérea, da Armada e do Exército, bem como os momentos em que a Associação foi recebida, na Região Autónoma da Madeira, pelo presidente da Assembleia Legislativa Regional, pelo presidente do Governo Regional e pelo representante da República. A visita da secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes à Delegação do Porto, em dia de celebração do 47.º Aniversário, marca a vontade de conhecer o presente e o futuro da ADFA por parte da governante. Nesta edição, as notícias do último mês do ano, e as perspectivas da ADFA para 2022.



ADFA, A FORÇA JUSTA DAS VÍTIMAS DE UMA GUERRA INJUSTA

Livros



OS NÚMEROS DA GUERRA DE ÁFRICA
Autor: Tenente-Coronel Pedro Marquês de Sousa | Edição: Guerra e Paz, Editores, Lda, Lisboa, Agosto de 2021, 384pp

A investigação histórica é um processo dinâmico e o historiador deve ter consciência de que as fontes de que se serviu para estudar um determinado período podem não ser as únicas e definitivas. Outra investigação posterior, com base em novas fontes, podem vir a complementar, ou mesmo, a contradizer teses anteriores sobre o mesmo facto ou o mesmo período histórico.

A obra que agora apresentamos tem o mérito de nos oferecer novos dados sobre a Guerra Colonial e, por isso, despertou as atenções dos meios da Comunicação Social com manchetes como: "Quantos Morreram na Guerra Colonial?" (Revista Sábado) ou "Uma nova e objectiva luz sobre a Guerra de África" (Correio do Ribatejo).

Os dados que criaram maior impacto foram, sem dúvida, os relativos aos mortos naquele conflito. No que respeita aos militares portugueses envolvidos, as vítimas mortais contabilizavam-se pelos oito ou nove mil. O autor, baseado em fontes primárias, contou 10.425 mortos. A este número o TCor Marquês de Sousa acrescenta 6.000 civis e 28.226 elementos dos movimentos de libertação.

Mas "Os Números da Guerra de África" oferece-nos ainda muitos outros dados, uns inéditos e outros que vêm complementar os já existentes. "Sustentado por fontes primárias existentes nos diferentes arquivos das Forças Armadas Portuguesas, o autor divulga novos dados e actualiza outros relativos a uma guerra que marcou e marca profundamente, ainda hoje, toda uma geração de cidadãos, em especial os combatentes. E esses números, que incluem os efectivos, os mortos e feridos, as armas e os equipamentos, as estatísticas das acções e combates, as despesas e outros dados sobre os movimentos independentistas, são ilustrados através de vários gráficos e mapas, que nos dão uma imagem diferente da guerra." (Do Prefácio-pg 11).

O autor dedica também algumas páginas aos feridos e deficientes. "Relativamente aos militares dos três ramos (Exército, Marinhos e Força Aérea), a guerra causou cerca de 117.000 feridos, dos quais 32.500 foram feridos graves que deram origem a 14.000 deficientes." (pg 142). Destes feridos graves 16.200 foram em combate.

Marquês de Sousa não fala só de mortos e feridos. No capítulo inicial dá-nos uma perspectiva de como era o recruta-

Por José Diniz

mento e a mobilização, a organização das forças no terreno, não só das Armas combatentes (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia) mas também dos Serviços de apoio (Transmissões, Saúde, Intendência, Material e Transportes).

Dedica outro capítulo às "acções e meios de combate", concluindo que, nas três frentes, cerca de 75% das acções de combate foram da iniciativa dos guerrilheiros. "Neste capítulo apresentamos uma caracterização das acções de combate e da actividade do Exército, da Força Aérea, da Marinha e dos seus adversários, com dados estatísticos que permitem compreender a evolução do conflito em cada frente e os principais meios utilizados (aeronaves, navios/lanchas, armas, munições e viaturas). (...) Das três frentes (Angola, Guiné e Moçambique), o caso da Guiné foi o mais surpreendente no plano militar, pois o PAIGC conseguia, como nenhum dos outros movimentos, combinar acções irregulares com operações de fogos convencionais (bombardeamentos), coordenando muito bem a 'manobra' com o 'poder de fogos'." (pg 165, 166).

O capítulo IV é dedicado às "despesas da guerra". "Segundo valores da actualidade, a guerra em África terá custado ao Estado Português mais de 24 mil milhões de euros." (pg 259). Antes da guerra as despesas militares representavam 3% do PIB, cifrando-se em 6% nos últimos anos da guerra (1972-1974).

No último capítulo o autor fala dos "movimentos independentistas": MPLA, FNLA e UNITA em Angola, PAIGC na Guiné e FRELIMO em Moçambique. "Em termos militares, económicos e sociais cada uma das frentes de guerra era uma realidade muito própria, e a situação em Angola era muito diferente da da Guiné e da de Moçambique." (pg 331).



A CIÊNCIA DO SONO - DA FISIOLOGIA À (PSICO)PATOLOGIA
Autores: Vários | Coord.: Bárbara Almeida, Carolina Machado, Cristina Fragoeiro e Sofia Gomes | Edição: Edições Parcifal, Lisboa, Outubro de 2020, 240pp

"Esta obra vem preencher um espaço fundamental na literatura científica nacional, relativa à ciência de sono, construindo, de uma forma clara, precisa, e acima de tudo original, uma ponte entre a compreensão dos mecanismos fisiológicos do sono e a expressão psicopatológica da sua perturbação em perturbações primárias do sono e em patologias com expressão psiquiátrica. (...) Como tal, considero que esta obra se apresenta

como um instrumento pedagógico essencial não só para a aprendizagem médica, em particular nas áreas clínicas da neurologia e psiquiatria, mas também para os leitores interessados num conhecimento mais aprofundado de um dos fenómenos mais fascinantes do funcionamento da mente humana." (do Prefácio).



A CONTABILIDADE EM AMBIENTE DE GUERRA: O CASO PORTUGUÊS DA GUERRA DO ULTRAMAR

Autor: Manuel Joaquim Leitão da Cunha | Edição: Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Braga, Janeiro de 2014, 175 pp.

Este trabalho constitui a dissertação de Mestrado do autor e teve por objectivo a análise da "contabilidade e os custos da Guerra do Ultramar, nas ex-colónias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné, durante os anos de 1961 a 1974 do século passado. (...) contribui para compreensão do papel desempenhado pela contabilidade no esforço de treze longos anos de guerra, em três cenários diferentes, suportado por um país pequeno e sem recursos como Portugal. Num ambiente de constante exigência e rigor a nível de gestão, e repartição dos recursos disponíveis, a contabilidade e a Administração Militar desempenharam um papel importante." (Do Resumo, pg V).

Depois de fazer um enquadramento geral, nacional e internacional, a nível social, económico e político, da questão colonial e da guerra que Portugal sustentou entre 1961 e 1975, o autor debruça-se sobre o escopo da sua tese: o "estudo sobre o papel e a importância da Administração e Finanças no Exército." (pg 44). Um dado curioso e

importante a reter, que o autor se deu ao trabalho de calcular, é o custo médio dia/homem em campanha reportado ao ano de 1965. Chega ao valor de 115 escudos assim distribuído: 35\$00 para vencimento e subsídio de campanha; 23\$00 para alimentação; 5\$00 para fardamento; 10\$00 para transporte via marítima; e 42\$00 para restantes encargos (armamento, material de aquartelamento, alojamento, assistência religiosa, sanitária e social, combustíveis, lubrificantes, água, luz, correios e telefones). (pg. 74).

Apesar de este trabalho ser de natureza essencialmente técnica e para fins académicos, as suas conclusões e os números que apresenta não diferem, no essencial, dos valores e conclusões a que chegou Marquês de Sousa no livro referenciado nesta página "Os números da Guerra de África", no que aos custos da guerra se refere.

"A constatação dos enormes custos que essa guerra comportou para o Erário Público Nacional, causando verdadeiros problemas orçamentais que são perfeitamente perceptíveis na tensão que se adivinha pela leitura das várias cartas e solicitações de verbas para a defesa, e que foram, pode-se dizer, 'uma guerra dentro da própria guerra' do Ultramar. (pg 121).



HISTÓRIAS DE LIBERDADE E OUTRAS

Autor: Filomena Marona Beja | Edição: Edições Parcifal, Lisboa, Abril de 2021, 168pp

"Neste livro, apesar de serem muitos e diversos os temas que dão forma às suas histórias, a liberdade constitui um traço comum à generalidade dos contos." (da 'pestanda' da capa).

Associados Falecidos



Adérito Silva Freitas, associado 9442, natural e residente na freguesia de Vinha da Rainha do concelho de Soure. Serviu na CCaç 2584 do BCaç 2884 na Guiné. Faleceu a 29-06-2021 com 74 anos.



António Martins Oliveira, associado 4535, natural e residente na freguesia de Figueiró do Campo do concelho de Soure. Serviu na CCaç 2487 do BCav 2868 na Guiné. Faleceu a 07-12-2021 com 74 anos.

NOVOS ASSOCIADOS

Relação dos candidatos a associados efetivos para publicação no Jornal ELO, conforme estipulado no nº 4, do artigo 8º, dos Estatutos

CONCEIÇÃO JESUS ROCHA • MARIA PIEDADE RODRIGUES FERNANDES FRANCO • EMÍLIA MANUELA BARRETO CABAÇO PIRES • MARIA OTÍLIA PACHECO VICENTE FREITAS

Editorial

Um novo ano começa, e sem os habituais festejos

Por Direcção Nacional

Experiência nova para os novos, recordações amargas para os mais velhos. Para uns, apenas um conjunto de limitações, um adiar da Festa da Vida, uma esperança de que melhores tempos virão. É questão de tempo, paciência, vacina, resiliência. Não para os presos às recordações.

À memória de um Natal passado nos confins de uma mata, de uma bolanha ou de uma savana, onde consoada, braseiro, Missa do Galo, presépio, presentes, eram coisas tão distantes como a constelação de Orion.

Onde a passagem de ano era apenas o arrancar de uma página do calendário, mais um mês que se vai, menos um mês para a rendição. Talvez umas cervejas, talvez uns tiros para o ar, à falta de fogo-de-artifício.

No outro lado da galáxia, umas festas minguadas, um suspiro e uma lágrima, *“que volte depressa e bem”*, com escreveu Fernando Pessoa, no imortal poema *“Menino de sua Mãe”* - esse menino que não voltou do plaiño abandonado.

O tempo esgota-se, a paciência também, vacina não há; resta-nos resiliência. É esse o caminho: jamais desistir de preservar o Passado, trabalhar o Presente, garantir o Futuro.

Nascida na solidariedade e na luta, a ADFA afirma-se nestas três vertentes.

O primeiro dia do ano foi consagrado como o Dia Mundial da Paz. Escolha precisa e preciosa: que melhor mote para o início de um ano? A Paz por nós sonhada, a Paz enfim realizada, a Paz por todos celebrada.

Mas falta a Paz connosco mesmos. A Paz que só se atinge pela justiça, pela cidadania plena, pela reparação, pela reintegração, pelo reconhecimento. Que este início de ano seja a renovação do nosso empenhamento em garantir a todos o que lhes é devido. Aprendemos que se pode viver sem muita coisa jul-



gada indispensável - como as festas de Natal e fim de ano.

Mas aprendemos que não se pode viver sem dignidade; isso seria abdicar da nossa condição humana. É isso que nos move; é essa a razão da nossa resiliência.

Do fundo das nossas memórias, das boas e más recordações, juntamos o conjunto de sentimentos que ditam as nossas aspirações.

Possa o ano que agora se inicia ser o que nos traga a Paz externa e interna que procuramos.

Bom Ano a todos!

Episódios

Ano Novo, Ano Velho

Por Nuno Santa Clara

Há mais de um século, Eça de Queirós escrevia, de parceria com Ramalho Ortigão, um conjunto de crónicas conhecidas como *“As Farpas”*, posteriormente coligidas e editadas em livros. Pode dizer-se que essa dupla encetou uma nova forma de fazer jornalismo em Portugal.

Como seu jeito acerado de atacar os males nacionais, Eça arranhou não poucos inimigos, sendo mesmo acusado de mau português. Eterna desculpa de quem não aceita críticas ou toma qualquer contestação da Ordem e da Moral estabelecida como motivo de lesa-pátria.

Numa dessas divagações, imaginou o grande escritor a passagem do Ano Velho para o Ano Novo, não com festejos e fogos-de-artifício, mas como dois personagens que se cruzam, numa esquina da vida.

O encontro foi imaginado na fronteira, sob as muralhas de Elvas, uma vez que o Ano Novo havia de entrar por ali, vindo de Leste, da Europa civilizada, como era devido, na ótica cosmopolita de Eça de Queirós.

O Ano Velho era uma caricatura da lusa sociedade de então; Eça descreveu-o como *“aportuguesado”*. Na passagem de conhecimentos, como cumpre numa

rendição entre cavaleiros investidos em altos cargos, o Ano Velho lá foi desfiando as mágoas sofridas naqueles doze meses.

Alarmado, o Ano Novo lá foi questionando as razões de tanta desgraça. Por fim, exclamou: mas este País tem Colónias! Resposta lapidar do Ano Velho: velhas salvas de família, que enferrujam a um canto...

Tudo assim ia, até que o Congresso de Berlim veio instituir a regra ímpia da ocupação efetiva. E as velhas salvas tiveram de ser ocupadas, sob pena de confisco, e lá se limpou a ferrugem, nomeadamente das armas, para que à sombra da Bandeira houvesse ao menos uma secção de cipaiois.

Assim se criou uma geração notável de militares, a quem se chamou de africanistas, heróis e vítimas de uma situação imposta.

Acabada a grande corrida à África, com o fim da I Guerra Mundial, lá voltaram as salvas de família a ganhar ferrugem. Basta lembrar que era mais fácil emigrar para o Brasil do que mudar a residência para Angola.

O fim da II Guerra Mundial e o movimento de descolonização levou a uma situação semelhante à do

Congresso de Berlim: uma pressão externa obrigando a um esforço de ocupação.

E lá foram os novos africanistas, heróis e vítimas de uma política desajustada no tempo.

Encerrado o ciclo do Império, foram acudindo a novas imposições, tapando buracos da falta de investimento, preenchendo lacunas do sistema nacional de saúde, acudindo às catástrofes naturais, contribuindo para a prevenção de conflitos, minorando as tremendas desigualdades deste Mundo, ignorando olímpicamente as consequências da Guerra Colonial.

Como seria o diálogo do Ano Novo e Ano Velho, talvez já não sob as muralhas de Elvas, mas nas Chegadas de um Aeroporto?

Não muito diferente. Decerto não se falaria de Colónias, mas sim das Forças Armadas, também elas velhas salvas de família, enferrujando a um canto.

E, tal como os africanistas da primeira e segunda vagas, os novos heróis e vítimas da desconsideração, da desorçamentação, da desorientação, da desmotivação e da negra ingratidão.

Ou, parafraseando Eça, as Forças Armadas estão aportuguesadas.

COLUNA DO ZANGÃO

Carta a Garcia

Caiu praticamente em desuso “*levar a carta a Garcia*”.

Carta ou mensagem a Garcia é um ensaio de Elbert Hubbard (1856-1915). Foi um famoso filósofo e escritor americano. Ele e a esposa morreram a bordo do navio “*Lusitania*”, afundado em 1915 por um submarino alemão na costa da Irlanda.

O ensaio, mais tarde impresso em livro, relata a história de um camarada de nome Rowan (o autor declarava-se anarquista e socialista) que fora indicado ao Presidente dos EUA como sendo a pessoa capaz de encontrar e levar uma mensagem ao general Calixto Garcia, líder das forças rebeldes cubanas que lutava pela independência de Cuba. Nessa altura a América estava em guerra com a Espanha e atacava as possessões espanholas da América Latina.

A missão não só era arriscada como bastante longa. O mensageiro nunca perguntou, nem soube qual o conteúdo da mensagem.

A viagem foi bastante atribulada, cheia de sobresaltos. Teve que saltar de um barco, internou-se na selva, mas conseguiu cumprir honrosamente a missão que aceitou.

Segundo o autor, a intenção real do ensaio nada tinha a ver com heroísmo, mas sim com autonomia de executar missões.

Nada tenho contra os seguidores das dietas do paleolítico, mesolítico, *dash*, *vegan*, ravena, etogénica e muitas mais.

Repito, nada tenho contra as pessoas que seguem um determinado regime alimentar, outrossim a “*agressividade*” que alguns demonstram contra os “*outros*” já merece o meu protesto.

Há os que defendem que se devia acabar com o abate de animais para consumo humano. Respeito, mas questiono:

É certo que a inseminação artificial/forçada e os químicos injectados aos animais a que se junta uma panóplia de “*medicamentos*” são “*práticas*” nada recomendáveis.

O mesmo se passa, já com uma substancial quota de mercado com os peixes de aquacultura. Estes são essencialmente alimentados por rações que são compostas por milho, sorgo, farelo de arroz, cana-de-açúcar, farinha de penas etc. etc. Facilmente depreendemos que esses compostos não se encontram livremente nos rios e mares.

Ninguém em pleno gozo de saúde vai tomar antibióticos ou outros medicamentos.

Do oceano da minha imensa ignorância pergunto a quem me possa instruir:

Se não se abatem os animais o que acontecerá depois? A reprodução animal continuará e atingirá números incalculáveis, a não ser que sejam esterilizados e a multiplicação cesse.

Como diria o meu amigo Fukui-san:

Como é que agricultura é mais perigosa para o Planeta que todos os transportes do mundo?

Os submarinos atómicos são inofensivos?

Os mísseis balísticos, os engenhos que atravessam a atmosfera e a estratosfera não causam danos no ambiente?

A exploração de lítio, não faz mal a ninguém?

Por pertinente, solicito a quem me esclarecer por que motivo a desflorestação da Amazónia está ligada ao consumo de carne. As notícias que têm sido amplamente divulgadas por diversos grupos ambientalistas, referem que o abate indiscriminado de árvores naquele local está ligado ao comércio de madeiras de alta qualidade, algumas só existentes nessa imensa floresta.

Todos sabemos que as “*redes sociais*” representam uma grande influência numa quantidade muito apreciável das populações.

E que tal servir de veículo de informação para questões tão prementes como:

- Alertar para a perigosidade das culturas intensivas. Não é a primeira vez que o Zangão aborda este tema e, infelizmente não será a última. A quantidade de químicos e de água utilizada excede as maiores previsões até dos peritos nesta área, porque requer o uso de insumos e combustível com forte impacto ambiental.

Destaca-se que não existe a rotação das terras nem desmate contribuindo para o esgotamento dessas áreas.

Que tristeza ver o arranque de oliveiras e outras espécies e ver os campos com uma “*varinha enterada na terra e amparada por uma garrafa de plástico, obviamente sem fundo.*”

Mas então o lucro?

Faz mal ao ambiente? Paciência

Esgota a terra? Bom...

Aumentam os ganhos? Belo

E já que falámos das dietas. Que tal abordarmos os OGM

Sabem que o tão aclamado tofu é proveniente da soja? E que 70% da produção mundial de soja é transgénica?

Ora um alimento transgénico é obtido por um processo químico que em que em laboratório, as plantas são geneticamente modificadas.

Além da soja, essa questionável prática já é utilizada em milho, produtos em barra de soja e chocolate, bifés, salsichas.

Temos ainda os transgénicos presentes no Aspartame (substituto do açúcar), óleos refinados de soja, colza, milho, girassol ou amendoim e margarinas que têm composição muito semelhante aos óleos.

Cuidado com o que se consome como sendo natural. Não esquecer de ver atentamente a composição. Por norma legal deve conter a indicação de OMG que são as iniciais de organismo geneticamente modificado.

Victor Sengo

DELEGAÇÕES CONTACTOS

Açores

Rua Ernesto do Canto, N.º 20
Apartado 309 - São Miguel - 9500 Ponta Delgada
secretaria.acores@adfa.org.pt
296 282 221

Bragança

B.F.F. Habitação, Bloco H, N.º 20, R/C Dto.
Mãe d'Água
5300-163 Bragança
secretaria.braganca@adfa.org.pt
273 322 412

Castelo Branco

Quintal de S. Marcos, N.º 19, R/C
6000-146 Castelo Branco
secretaria.castelobranco@adfa.org.pt
272 341 201

Coimbra

Av. Fernão de Magalhães, N.º 429 A, 6º F
3000-177 Coimbra
secretaria.coimbra@adfa.org.pt
239 814 644

Évora

Rua dos Penedos, N.º 10 C
7000-712 Évora
secretaria.evora@adfa.org.pt
266 703 473

Famalicão

Centro Coordenador de Transportes - Loja 1
Alameda Dr. Francisco Sá Carneiro
4760-038 Vila Nova de Famalicão
secretaria.famalicao@adfa.org.pt
252 322 848 / 252 376 323

Faro

Praça da Alfarrobeira, N.º 4 A
8000-503 Faro
secretaria.faro@adfa.org.pt
289 828 515

Lisboa

Avenida Padre Cruz - Edifício ADFA
1600-560 Lisboa
direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com
217 512 615

Madeira

Rua Velha da Ajuda, N.º 50
9000-115 Funchal
secretaria.madeira@adfa.org.pt
291 765 171

Porto

Rua Pedro Hispano, N.º 1105
4250-368 Porto
info.porto@adfa.org.pt
228 347 200

Setúbal

Rua Almeida Garrett, N.º 70
2900-211 Setúbal
secretaria.setubal@adfa.org.pt
265 229 750

Viseu

Praceta ADFA - Emp. Magnólias
Lote 4 R/C Q - Bairro da Balsa
3510-009 Viseu
secretaria.viseu@adfa.org.pt
232 416 034

Esta informação pode ser consultada no site institucional da ADFA, em www.adfa-portugal.com



PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

Linha de Atendimento dos Deficientes Militares

Contacte-nos pela Linha de Atendimento dos Deficientes Militares (LADM)
- 800 100 103, a funcionar entre as 09H00 e as 18H00 dos dias úteis

Lisboa

Opinião

Novo ano

Quando termina o ano todos desejamos que o próximo seja melhor.

Isto porque no ano que terminou muitas coisas que queríamos não se concretizaram; umas porque não houve tempo para concluí-las, outras porque alguém se esqueceu que havia quem estivesse a aguardar pela sua decisão e não quis saber.

O ano de 2021 foi para muitos de nós um ano perdido, porque julgávamos que conseguíamos alcançar o que há muito desejávamos e os 365 dias passaram-se e ficou tudo na mesma, tal como estava no dia 1 de Janeiro de 2021.

Neste ano de 2022, queremos que seja um ano de afirmação para a ADFA e teremos que iniciá-lo com afirmação e muita garra, para que todos aqueles que há muito vão ficando, a cada dia que passa, mais para trás, sejam integrados numa ADFA que é de todos e para todos.

Assim, teremos que analisar o que terá de ser feito em prol de associados e associadas que aguardam há muito por uma decisão justa e que têm direito a ela e que não a vêem concretizada:

- Viúvas com pensões miseráveis;
- Associados a receber duzentos e poucos euros;
- Processos por resolver, há muito pendentes nos Quartéis, no HFAR, no Ministério da Defesa e na Caixa Geral de Aposentações. A título de exemplo, um associado foi à Junta Médica em Setembro de 2019 e só recebeu a decisão do Ministério da Defesa em Novembro de 2021. Uma comissão na Guerra Colonial durava dois anos, este caso durou dois anos e dois meses.
- Revisão de processos com mais de dez anos: hoje, muitos camaradas sofrem agravamentos das suas deficiências adquiridas na guerra e não conseguem a revisão dos seus casos.
- Os milícias, que querem iniciar o seu processo e a lei não o permite. O nosso País não pode esquecer todos aqueles que mobilizou e obrigou a ir para a Guerra Colonial (guineenses, angolanos, moçambicanos) e hoje despreza-os e faz de conta que nada se passou. Perante tantos anos após o 25 de Abril de 1974, em que nem a Junta Militar, nem os sucessivos

governos acautelaram este problema, que ainda hoje continua por resolver, temos que admitir que muitos destes camaradas foram desprezados e entregues à sua sorte, sendo até fuzilados alguns, no seu País natal, por terem combatido por Portugal na Guerra Colonial.

- Caixa Geral de Aposentações: A morosidade nas decisões finais provoca uma desestabilização para quem passados tantos anos não vê o seu caso resolvido e que tem hoje uma média de idade de 75 anos, sem serenidade do reconhecimento ou a paz da reparação. O caso do Decreto-Lei 503/99 é um bom exemplo para reflexão.

Por tudo isto, penso que é tempo de fazermos algo de concreto, para definitivamente deixarmos de andar a fazer crer que está tudo bem.

Saudações associativas.

*Francisco Janeiro,
presidente da Direcção da Delegação de Lisboa*

Informação aos associados

Na tentativa de actualizar os dados nos processos e fichas de associado, solicita-se aos associados que entrem em contacto com a Secretaria da Delegação de Lisboa, pelo número 217 512 630, para que seja possível verificar se a ficha de associado se encontra completa.

Este procedimento prende-se com a necessidade de manter todos os dados actualizados, a fim de melhor poder defender os direitos dos associados.

A Delegação de Lisboa agradece a colaboração de todos.

Pagamento de quotas

A Delegação de Lisboa informa os associados que poderão efectuar o pagamento das suas quotas através de transferência bancária em qualquer caixa multibanco, através do NIB 0036 0071 9910 0079 848 77.

Para que posteriormente seja enviado o respectivo recibo, os associados devem conservar o talão do multibanco que serve de comprovativo de pagamento.

Produtos de apoio e morosidade

Os associados que estão a aguardar que lhes sejam entregues produtos de apoio, próteses e outros devem

contactar a Delegação, no sentido de intervir para que possa reduzir-se a morosidade no atendimento dos seus pedidos.

Os interessados podem contactar o presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, pelo telemóvel 919 413 356.

Contactos úteis

Serviço de Apoio ao Associado

Inês Martins - ines.martins@adfa-portugal.com - 217 512 630/934 004 725

Pedro Rodrigues (coordenador) - secretaria.lisboa@adfa-portugal.com - 217 512 625/937 534 192

Serviços Clínicos

Paula Vicente - servicos.clinicos@adfa-portugal.com - 217 512 612/925 987 469

Serviço de Acção Social/PADM

Ana Machado, assistente social - servico.social@adfa-portugal.com - 217 512 622/917 365 357 - ana.machado@padm.crgp.pt - 917 365 357

Rede Nacional de Apoio (RNA)

Teresa Infante, psicóloga clínica - t.infante@adfa-portu-

gal.com - 217 512 666

Direcção da Delegação

Francisco Janeiro, presidente - 919 413 356

Isabel Franco - direccao.del.lisboa@adfa-portugal.com - 217 512 615/932 323 012

Núcleo de Sintra

A Delegação de Lisboa informa os associados da área geográfica do Núcleo de Sintra que esta estrutura associativa reabre todas as Segundas-feiras, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

O contacto do presidente do Núcleo de Sintra, Agostinho Mesquita, é 918 425 843.

Actividades ainda suspensas

A Delegação de Lisboa informa que as actividades de Pintura, Hidroginástica e Ginástica (Re)Adaptada continuam suspensas, por razões de distanciamento sanitário e prevenção da COVID-19, aguardando informações da Direcção-Geral da Saúde para que sejam retomadas. A Direcção da Delegação de Lisboa informará os associados logo que seja possível retomar estas actividades de lazer, cultura e bem-estar.



ESTE ESPAÇO
PODE SER SEU!

PUB

Porto

Memória, para sempre, do amigo



Foi com grande consternação que, no passado dia 20 de Dezembro de 2021, a Delegação do Porto tomou conhecimento do falecimento de Manuel Rodrigues dos Santos, associado número 4737, com um longo percurso associativo como dirigente e cooperante nas mais diversas funções, em nome da causa comum.

Manuel Santos desempenhou funções na Direcção da Delegação e na Mesa da Assembleia-Geral da Delegação, com o cargo de presidente, até 6 de Novembro de 2021.

Era natural da Freguesia de Canidelo, Vila Nova de Gaia, e residia na Freguesia de Grijó, no mesmo concelho. Tinha 79 anos e tinha sofrido um acidente de que resultou hemiplegia com perda total de sensibilidade do lado esquerdo.

Permanecerá a memória de um ser humano de elevadas qualidades. O seu desaparecimento deixa na ADFA o sentimento de enorme perda.

Informações úteis

Os serviços da Delegação do Porto funcionam todos os dias úteis, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h30, sem quaisquer restrições.

Os associados têm ao seu dispor:

Apoio aos Associados - Emissão ou renovação de cartões de deficiente militar (lista vermelha, verde, azul e castanha); Emissão ou renovação de cartões de assistência médica e medicamentosa (IASFA / ADM); Recepção de documentos para participação de assistência médica e medicamentosa e entrega no IASFA; Emissão ou renovação de cartões GALP FROTA; Acompanhamento dos processos e prestação de todo o tipo de informação relacionada com a condição de deficiente militar; Tratamento para a obtenção de todo o tipo de declarações relacionadas com a situação militar, nomeadamente aquisição de viatura com isenção de impostos ou dístico de estacionamento (incapacidade mínima de 60%); Pedidos de juntas por agravamento; Acompanhamento da viúva aquando do falecimento do associado; Encaminhamento para outros serviços, nas situações que ultrapassam o âmbito do Serviço de Atendimento.

Contactos: 228 347 201/912 567 812/atendimento.porto@adfa.org.pt

Apoio Jurídico - Análise e acompanhamento das situações relacionadas com a condição de deficiente militar que careçam de tratamento e apoio jurídico, nomeadamente por via de reclamações, de acções judiciais e de interposição de recursos; Contactos com entidades militares e civis.

Contactos: 228 347 201/gabjuri.porto@adfa.org.pt

Apoio Social - Acompanhamento hospitalar (Internamento e outras intervenções); Visitas domiciliárias; Análise de situação socioeconómica para isenção de quotas; Outras situações sociais.

Contactos: Segundas, Quartas e Sextas, das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h30 – 228 347 207/servas.porto@adfa.org.pt

Apoio Médico Psicológico e Social - Consultas para associados e familiares beneficiários do sistema IASFA/ADM de medicina geral e familiar, psicologia e psiquiatria; Renovação da Carta de Condução; Consultas da Rede Nacional de Apoio a utentes com perturbação psicológica crónica.

CONTACTOS: 228 347 202/912 567 546/secretariado.dai@adfa.org.pt

Restaurante Social - Serviço de refeições económicas nos dias úteis das 12h15 às 14h00.

CONTACTOS: 228 347 206

Serviço de Atendimento - no primeiro Sábado de cada mês, das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h00. Neste dia, pelas 14h30, tem lugar a habitual reunião com os associados para dar conta das questões relativas à vida associativa.

Poderá regularizar as suas quotas pessoalmente, através de vale postal ou por transferência bancária. O valor das quotas é de 84,00 euros por ano (7,00 euros por mês). Para o efeito, solicite à Delegação o NIB da conta e, quando o fizer, informe a Delegação. Os associados com dificuldades financeiras poderão solicitar isenção de todo ou em parte das quotas à Direcção de Delegação, por escrito, telefonicamente ou pessoalmente no Serviço de Apoio Social.

Pandemia condiciona participação

A pandemia condicionou muito a participação dos associados nas iniciativas e eventos que a Delegação do Porto inscreveu no Plano Operacional de 2021.

O cancelamento dos convívios de Natal que juntavam os associados e familiares causou frustração, tal como a não realização das reuniões descentralizadas com a mesma regularidade com que se faziam antes da pandemia.

A comemoração do Aniversário da Delegação não teve também o envolvimento desejado, como era tradicional antes de 2020, uma vez que foi necessário adoptar medidas preventivas para evitar contágios. É necessário retomar as dinâmicas de participação e de proximidade, promover a interacção associativa, assim como lutar pela preservação dos direitos que são devidos aos deficientes das Forças Armadas e exigir a reparação das injustiças. O ano de 2022 terá de ser de afirmação e de retoma da vida associativa.

Quotas por identificar

A Direcção da Delegação do Porto salienta o elevado espírito associativo dos seus membros de regularizarem atempadamente o pagamento das quotas.

São muitos os que o fazem através de transferência

bancária. No entanto, algumas dessas transferências são efectuadas por familiares e nem sempre comunicam ao Serviço da Delegação, impossibilitando a emissão e envio do respectivo recibo.

No final de 2021, estava por identificar um elevado número de transferências, apesar dos esforços realizados para a sua identificação.

Fazemos um apelo aos associados que fizeram o pagamento por multibanco ou por transferência bancária e que não receberam o respectivo comprovativo, para entrarem em contacto com o Serviço de Apoio ao Associado, a fim de esclarecerem a situação.

Núcleo de Chaves

O Núcleo de Chaves está aberto às quartas-feiras, das 9h00 às 12h00, para atendimento aos associados e familiares.

Nestes dias poderão tratar de todos os assuntos relacionados com a sua condição de deficiente militar, tais como solicitar informações, entrega de documentos relacionados com a assistência médica e medicamentosa e regularizar as suas quotas.

As consultas de Clínica Geral com a Dra. Graça e de Enfermagem podem ser marcadas nos dias em que o Núcleo está aberto.

Estão assim reunidas as condições sanitárias para que os associados possam frequentar o Núcleo.

Núcleo de Santa Maria da Feira

O Núcleo de Santa Maria da Feira está aberto no último Sábado do mês, das 14h30 às 17h00, para atendimento aos associados e familiares.

Nestes dias poderão tratar de todos os assuntos relacionados com a sua condição de deficiente militar, tais como solicitar informações, entrega de documentos relacionados com a assistência médica e medicamentosa e regularizar as suas quotas.

No próximo dia 20 de Janeiro, no final da "procissão das fogaças", haverá, com as necessárias medidas preventivas, o encontro dos associados e familiares, à semelhança dos anos anteriores.

Lembra-se que o Núcleo está instalado na Travessa de São Paulo, 12 (nas traseiras do Hotel Nova Cruz).

Evocação dos associados falecidos



Os associados da ADFA entretanto falecidos foram evocados no dia 7 de Dezembro, aquando da comemoração do 47.º Aniversário da Delegação, na cerimónia hastear das bandeiras realizada durante a cerimónia.

Coimbra

Pagamento de quotas

A Direcção da Delegação de Coimbra apela aos associados para que, no cumprimento do dever associativo, procedam à regularização do pagamento das suas quotas. Informa-se que o valor anual para o ano de 2021 é de 84,00 euros.

Para o efeito, basta contactar a Delegação pelos números 239 814 644 ou 917 770 241 ou endereço electrónico secretaria.coimbra@adfa.org.pt e proceder ao respectivo pagamento através do seguinte IBAN: PT50 0035 0740 0000 4368 5306 7, devendo o mesmo ser devidamente identificado.

ADM - Validade dos cartões

A Direcção da Delegação apela aos associados para que verifiquem a validade dos seus cartões ADM e para que solicitem a sua revalidação com, pelo menos, três meses de antecedência.

A Direcção da Delegação de Coimbra

Évora

Convocatória

Assembleia-Geral de Delegação

Nos termos do n.º 1 do artigo 51.º dos Estatutos da ADFA, o presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Delegação de Évora, Inácio Grazina, convocou a Assembleia-Geral da Delegação de Évora para uma reunião ordinária a realizar no dia 12 de Fevereiro de 2022, às 10h00, e, em segunda Convocatória, às 10h30, na Sede da Delegação, com a seguinte ordem de trabalhos:

1) Apreciação e votação do Relatório Operacional e Contas da Direcção da Delegação, com parecer do Conselho Fiscal, relativos à gerência do ano 2021.

2) Plano Operacional e Orçamento de 2022.

3) Informações.

A Direcção da Delegação de Évora

Famalicão

Funcionamento da Delegação

A Delegação de Famalicão informa que as obras que estão a ser realizadas na Central de Camionagem onde a Sede está integrada têm Março ou Abril deste ano como prazo previsto para conclusão. Desde Outubro último, a porta localizada nas traseiras da Sede da Delegação de Famalicão passou a estar disponível aos associados. Na antecâmara, os visitantes tocam à campainha para abertura e acesso ao interior.

A Delegação informa os associados que continua a ser necessário o pedido de atendimento presencial, por marcação prévia, por correio electrónico, indicando o motivo do pedido. A máscara, a regular desinfectação das mãos e o distanciamento social continuam a ser medidas sanitárias obrigatórias dentro das instalações da ADFA em Famalicão.

Os Órgãos Sociais da Delegação agradecem a colaboração, compreensão e boa vontade dos associados e familiares, "no sentido de todos trabalharmos o melhor possível sem correr riscos desnecessários".

Os contactos da Delegação são os seguintes: e-mail secretaria.famalicao@adfa.org.pt e telefone 252 322 848.

Caso o contacto não seja atendido, a Delegação de Famalicão retribui a chamada.

Serviço Médico

Na Delegação de Famalicão, o médico continua a dar consulta às Sextas-Feiras de tarde, com início às 14h00. É necessário marcar a consulta atempadamente, junto dos Serviços de Secretaria, via telemóvel, para os números 919 594 527 ou 252 322 848, ou via correio electrónico.

A Direcção da Delegação de Famalicão

Faro

Pagamento de quotas

A Direcção da Delegação de Faro apela aos associados para continuarem a apoiar a ADFA, mantendo as suas quotas em dia. Os associados podem pagar as suas quotas na Sede da Delegação ou por transferência bancária. Para qualquer esclarecimento, os interessados devem contactar a Delegação pelo telefone 289 828 515. A Direcção da Delegação de Faro sublinha que "manter as quotas em dia contribui para a manutenção da ADFA, que lutou e continua a lutar pelos direitos de todos os deficientes militares", e que "todos temos o dever de contribuir para uma ADFA mais forte, para continuar a lutar pelos nossos direitos. Juntos, somos mais fortes".

Cartões ADM

A Delegação de Faro alerta os associados para que verifiquem a validade dos seus cartões ADM e, se necessário, fazerem a sua renovação com a antecedência mínima de três meses.

A Direcção da Delegação de Faro

Viseu

Opinião

Stress Pós-Traumático de Guerra

Desde a sua fundação que a ADFA trata e acompanha todos os deficientes militares que a ela se dirigem, que sofreram e sofrem com a prestação do serviço militar, obrigatório ou não, em serviço e em campanha, no Continente e Ilhas, nos territórios ultramarinos ou na Guerra Colonial que o regime da altura manteve durante mais de 13 longos anos.

Toda a juventude dos anos 60/70, principalmente aqueles combatentes que foram à Guerra Colonial que de lá não vieram iguais, uns mais do que outros, e sofrem de Stress Pós-Traumático, uns mais ligeiros, outros com graves sequelas psicológicas, a necessitar de apoio médico e social e o apoio indispensável da família.

É sabido que, com o avançar da idade e o agravar dos sintomas relacionados com esta doença, registou-se o surgimento de outras associações de combatentes que, a certa altura, com novas leis, até quiseram apoiar os combatentes, como o faz tão bem a ADFA, que já tinha profissionais e estrutura capazes de acompanhar e fazer tratar estes deficientes militares, muito antes da publicação da legislação que os abrange.

Com o apoio jurídico da ADFA, através do DL 43/76, de

20 de Janeiro, aos combatentes com o diagnóstico da doença do foro psiquiátrico, foram assim abertos processos e pedidos de revisão ou elaboração de processos, em que vieram a ser reconhecidos deficientes das Forças Armadas.

Hoje encontram-se processos em revisão, mas a maior parte dos combatentes não vê os seus processos serem reconhecidos como DFA, pelo motivo de não lhes ser atribuído, apesar de já reconhecido pela Junta Médica, o grau de incapacidade suficiente para o efeito. A maior parte dos processos hoje são para arquivar, pelo motivo da doença do Stress de Guerra não se comprovar.

No ano de 2007, mês de Junho, a Delegação de Viseu realizou o Seminário "Stress Traumático de Guerra" que teve uma adesão significativa, não só junto das entidades como das escolas, professores e alunos, mas que, para os combatentes, pese embora algumas presenças, não foi significativo para criar um Pólo da Rede Nacional de Apoio às vítimas de Stress Pós-Traumático de Guerra em Viseu, dando-se seguimento aos casos que foram surgindo através dos Pólos de Lisboa, na Sede da ADFA e na Delegação do Porto.

Hoje, através da alteração à Lei, tal já não é necessário e os processos, devidamente organizados, são enviados à Instituição Militar competente para organizar e dar seguimento.

Do mesmo modo, também a Liga dos Combatentes - Núcleo de Viseu, em tempo de pandemia, realizou um Seminário, a 19 de Novembro de 2021, no Auditório do IPJ de Viseu. Este Seminário teve excelentes palestrantes, foi muito rico mas, mais uma vez, os combatentes, aqueles a quem diz respeito, que dizem sofrer de Stress Pós-Traumático de Guerra, ali não compareceram. Deixaram o Stress de Guerra para quem o trata e não para quem diz que sofre do mesmo.

Para quem se queixa que sofre, tem aqui o exemplo!

João Gonçalves, presidente da Direcção da Delegação de Viseu

Viseu "Xmas Run" 2021

O Viseu "Xmas Run" é um evento desportivo totalmente solidário promovido pela Câmara Municipal, que conta com o apoio de toda a comunidade viseense, no apoio aos mais desfavorecidos.

Para a edição de 2021, o Município de Viseu decidiu reverter o montante para crianças e jovens do concelho, em situações mais desfavorecidas, com o objectivo de "concretizar sonhos e de lhes proporcionar experiências únicas".

A organização é da responsabilidade da Câmara Municipal de Viseu, que conta com o envolvimento de outras entidades e também diversos parceiros institucionais, entre eles, a Delegação de Viseu e os Serviços Municipais: a Divisão de Comunicação, a Divisão de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos e a Divisão da Cultura e Turismo.

O Viseu "Xmas Run" teria duas provas, ambas de carácter solidário, uma corrida com cerca de 9Km, com carácter competitivo, existindo pódio e troféu para os três primeiros lugares (masculinos e femininos), e uma caminhada com uma extensão de 4Km, permitindo um envolvimento de toda a população neste evento, independentemente da sua condição física.

O evento estava programado para o dia 19 de Dezembro, mas, por motivo do agravamento da pandemia foi cancelado.

Espera-se que neste ano a realização deste evento solidário possa ocorrer, para vermos todos os participantes vestidos de Pai Natal, a embelezar a distinta e acessível cidade de Viseu

Pagamento de Quotas

A Delegação de Viseu apela ao pagamento das quotas. Os associados podem efectuar o pagamento das suas quotas através de cheque, vale postal, transferência bancária ou multibanco, através do IBAN PT5000 4531 80400 34119 63803, ou directamente na Sede da Delegação. O valor das quotas para o ano 2021 é de 84,00 euros.

Quotas em dia, direitos assegurados!

Convocatória

Assembleia-Geral de Delegação

A Mesa da Assembleia-Geral da Delegação convoca todos os associados da Delegação de Viseu, nos termos do n.º 1 do Artigo 51.º dos Estatutos da ADFA, para a Assembleia-Geral Ordinária da Delegação, a realizar no dia 19 de Fevereiro de 2022 (Sábado), com início às 10h00, na sede da Delegação de Viseu, sita na Praceta ADFA - Empreendimento das Magnólias - Lote 4 - R/C Q - Bairro da Balsa - Viseu, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1) Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 2022;

2) Informações.

O presidente da MAGD, António Pais Ferreira

Hospital Militar de Coimbra em vias de extinção

A Delegação de Viseu continua a manifestar preocupação com a situação do Centro de Saúde Militar de

Coimbra (Hospital Militar de Coimbra), que há muito tempo tem a sentença definida, vindo as suas valências a desaparecer, até ficar praticamente a zero.

Hoje, e apesar dos esforços da ADFA, aquela situação parece continuar sem solução à vista, que passe pela devida manutenção desta estrutura de saúde militar de excelência, que se deseja ver a funcionar em pleno para apoio à saúde e bem-estar das gentes da Beira e Centro Norte de Portugal, forças militares e militarizadas e família deficiente das Forças Armadas, que não podem ficar ao abandono, sem terem onde recorrer. Com estrutura em condições e pronta a funcionar, no apoio à saúde, é só dotá-la dos meios médicos e humanos necessários, que até pode muito bem servir a população civil.

NOTÍCIAS

Mensagem de Natal do ministro da Defesa Nacional

O ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, divulgou, em 23 de Dezembro, uma Mensagem de Natal que a ADFA também publicou no seu site institucional. O ELO reproduz na íntegra o teor dessa mensagem:



“Caros militares, militarizados e civis da Defesa Nacional,

Nesta quadra festiva, quero desejar-vos Boas Festas e um excelente ano de 2022.

Nesta época em que a família e os amigos são tão importantes, quero deixar uma palavra de especial reconhecimento e agradecimento a todas e a todos que servem Portugal longe dos seus entes queridos em missões internacionais. Pude estar com alguns de vós nos últimos dias, em São Tomé e na República Centro Africana, acompanhando o Primeiro-Ministro. Saúdo a todos os que se encontram longe.

Saúdo também todos aqueles que se encontram em prontidão no território nacional, respondendo com abnegação e empenho, todos os dias do ano, às mais variadas solicitações, em todos os domínios de ação, com um profundo sentido de serviço que os portugueses reconhecem com gratidão e admiração.

Eu, e os meus colegas de Governo, o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional e a Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, estamos bem cientes da exigência dessas funções. A vossa dedicação, coragem e brio são motivo de orgulho e um exemplo para Portugal. É isso que constitui a essência da nossa Defesa Nacional. 2021 foi um ano de enorme exigência para o país, mas também de esperança. Uma vez mais, as Forças Armadas e o Ministério da Defesa Nacional estiveram, de norte a sul de Portugal e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, prontos para responder com eficácia às necessidades e desafios que surgiram.

O papel exemplar e mundialmente reconhecido da Task Force para a Vacinação contra a COVID-19 foi uma luz de esperança num ano ainda de incertezas. Portugal é hoje o país da Europa com a mais elevada taxa de vacinação, permitindo-nos enfrentar o inverno e esta época festiva com mais confiança.

Sabemos no entanto que devemos manter todas as precauções sanitárias e de testagem para evitar contágios, com a mesma responsabilidade e solidariedade que caracterizam desde sempre a atitude dos portugueses face à pandemia. Sobretudo numa altura em que muitas famílias e amigos se reúnem para viver a quadra festiva, a prudência será a nossa maior aliada.

Em 2021, Portugal assumiu também a Presidência do Conselho da União Europeia e durante o primeiro semestre deste ano trabalhamos para robustecer a defesa europeia e tornar mais relevante o contributo da União para a segurança dos europeus e para a promoção da paz e da segurança internacionais, em articulação com a Aliança Atlântica.

Através das Forças Armadas, Portugal continuou a estar presente nas regiões do mundo onde a instabilidade e a insegurança nos colocam desafios particularmente exigentes, como o Mali ou a República centro-Africana, mas também Moçambique,

país irmão onde a nossa ação foi determinante para a criação de uma missão de treino europeia, com forte participação nacional e liderada por um militar português.

Gostaria de referir ainda o trabalho de enorme exigência e rigor da Defesa Nacional, na evacuação e acolhimento de cidadãos afetados em situações de risco. Trabalhem para que encontrem no nosso país a segurança e o apoio que necessitam para se integrarem e prosperarem connosco.

Este ano quero também sublinhar o importante trabalho desenvolvido na reforma da estrutura de comando das Forças Armadas, com a revisão da Lei de Defesa Nacional e da LOBOFA, que abrem caminho para umas Forças Armadas mais orientadas para a missão e melhor preparadas para combinar os seus recursos em função da defesa dos portugueses e dos nossos aliados, num mundo em mudança acelerada. Precisamos de Forças Armadas adaptadas aos desafios do presente e do futuro, que exigem cada vez mais respostas conjuntas. Vale também a pena dar visibilidade aos muitos esforços que foram feitos para que o Estatuto do Antigo Combatente se traduza no avanço concreto dos seus direitos. A solidariedade é um dever que começa na nossa própria casa.

Nesta quadra de balanço e de renovação, quero dizer-vos que devemos ter orgulho no desempenho nas muitas e variadas missões das Forças Armadas em 2021. O sentido de missão que sempre demonstraram tem de continuar a pautar a nossa ação. Os desafios com que nos deparamos não são menores do que aqueles que já ultrapassámos. Estou certo que podemos continuar a contar com todas e com todos para defender Portugal e os Portugueses.

Termino com votos de Festas Felizes para todas as entidades parceiras da Defesa Nacional, nos mais diversos setores da vida nacional e, acima de tudo, para as famílias dos militares, que são um pilar fundamental da nossa ação.

Muito obrigado, boas festas e um excelente 2022.”

CRPG recebeu visita da ministra do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social



Como o ELO noticiou na sua última edição, no dia 3 de Dezembro último, Ana Mendes Godinho, ministra do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social, visitou o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) para tomar conhecimento das actividades desenvolvidas e do projecto-âncora que está a ser implementado, bem como da sua estratégia para o futuro. A governante anunciou que a candidatura do CRPG ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é considerada prioritária. O presidente da Direcção da Delegação do Porto, Abel Fortuna, representou a ADFA neste evento,

sendo a Associação um dos parceiros fundadores do CRPG.

A sessão abriu com a intervenção de Mónica Salazar, presidente do Conselho de Administração do CRPG, dando as boas-vindas à ministra do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social, seguindo-se a intervenção de Jerónimo de Sousa, director do CRPG, que deu a conhecer o percurso deste Centro, o Projecto Ubuntu, as actividades implementadas e os impactos gerados.

O evento culminou com a intervenção da ministra do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social. Ao conversar com o representante da ADFA, Ana

Mendes Godinho demonstrou conhecer bem a Associação e o papel que tem assumido no contexto da reabilitação e reintegração social dos deficientes das Forças Armadas.

A ADFA aproveitou a oportunidade para expor à governante algumas situações relacionadas com a reparação devida aos deficientes militares, nomeadamente, as que decorrem no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 503/99 por parte da Caixa Geral de Aposentações.

A ministra mostrou bastante receptividade para abordar estas e outras questões em audiência a ser solicitada pela Associação.

Seminário Internacional de HISTORIA MILITAR da ACADEMIA MILITAR (4 de maio de 2022)

International MILITARY HISTORY Seminar of the MILITARY ACADEMY (4th May 2022)

As Forças Armadas Portuguesas e a Guerra Colonial (1961-1974): Adaptações, Evoluções e Impactos

Submissão de resumos: até 31 de janeiro de 2022

The Portuguese Armed Forces and the Colonial War (1961-1974): Adaptations, Evolutions and Impacts

Submission deadline: until January 31, 2022



Academia Militar - Campus Amadora:
<https://academiamilitar.pt/seminario-internacional-de-historia-militar.html>

Parcerias:



Audiências com as chefias dos Ramos das Forças Armadas



AADFA foi recebida em audiência pelos chefes dos três Ramos das Forças Armadas durante o último mês de 2021. No dia 6 de Dezembro o chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), general Joaquim Nunes Borrego, recebeu o presidente da DN, Nuno Santa Clara Gomes, e o tesoureiro Cândido Patuleia Mendes. No dia 10 de Dezembro decorreu a audiência com o chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), general José Nunes da Fonseca, em que a ADFA foi representada pelo presidente e tesoureiro da DN. No dia 14 de Dezembro teve lugar a audiência com o chefe de Estado-Maior da Armada (CEMA), almirante António Mendes Calado, tendo a ADFA sido representada pelo presidente e secretário da DN, Manuel Lopes Dias.

Completado o ciclo das audiências com o almirante CEMGFA e com chefes de Estado-Maior dos três Ramos das Forças Armadas, salienta-se a convergência de pontos de vista sobre questões como a Saúde Militar, a ADM e o IASFA.

CEMFA

Na audiência concedida à ADFA em 6 de Dezembro, o general CEMFA, que esteve acompanhado pelo seu chefe de Gabinete, manifestou o seu apreço pelo empenhamento da ADFA na defesa dos deficientes militares.

Pela ADFA foi apresentado um breve historial da Associação, das suas realizações e aspirações, e reafirmada a especificidade militar como *“cimento que une todos os que cumpriram o serviço militar”*.

Foram em seguida referidos os problemas que mais afligem os deficientes militares, em concreto o envelhecimento, as dificuldades de apoio sanitário e os obstáculos encontrados quanto aos processos de qualificação como DSFA e revisões de processo.

Foram também abordados os problemas decorrentes da aglutinação da ADM com o IASFA, e deles com o apoio consagrado por lei aos DFA. A finalizar, ficou vinculada a disponibilidade do EMFA em colaborar com a ADFA na procura de soluções para os problemas dos seus associados e de outros ex-militares.

CEME

Na audiência de dia 10 de Dezembro, o general CEME esteve acompanhado pelo seu chefe de Gabinete e expressou o seu reconhecimento pelo trabalho da ADFA em prol dos deficientes militares.

Foram abordados diversos problemas relacionados com o universo da ADFA, entre os quais o atraso nos processos de qualificação dos deficientes militares, tendo sido respondido que tinha sido nomeada uma nova equipa para trabalhar nesta área, disso resultando a aceleração dos processos.

O general CEME partilhou a preocupação da ADFA

acerca da aglutinação do IASFA com a ADM, que afecta o apoio institucional devido aos DFA. Igualmente se mostrou disponível para actuar junto do Laboratório Nacional do Medicamento (LM), no sentido de agilizar os apoios que lhe estão agora cometidos. Ficou garantida a comunicação aberta e constante entre a ADFA e o Estado-Maior do Exército, de modo a reforçar a interação entre o Exército e a Associação.

CEMA

No dia 14 de Dezembro, na audiência com o almirante CEMA, a DN referiu alguns dos principais problemas que afectam os deficientes militares, nomeadamente na área da saúde, ADM e IASFA.

O CEMA manifestou concordância em pontos essenciais, nomeadamente na necessidade de separar a ADM do IASFA, e de canalizar o apoio devido aos DFA de forma mais directa, sem passar pela ADM, como está instituído. Foi também referida a situação anómala dos descontos obrigatórios para o IASFA, que também causa mal-estar em toda a Família Militar.

Embora a Saúde Militar tenha passado para o âmbito do EMGFA, também ficou registada a preocupação com o futuro dos meios materiais e humanos das Forças Armadas e com o apoio aos militares e seus familiares.

A finalizar, o almirante CEMA renovou a sua inteira disponibilidade para resolver os problemas da ADFA, dentro das suas capacidades.

Audiências

Presidente da DN em deslocação à Região Autónoma da Madeira

Durante a sua estadia na Região Autónoma da Madeira, o presidente da Direcção Nacional, Nuno Santa Clara Gomes, foi recebido sucessivamente pelo presidente da Assembleia Legislativa Regional, José Manuel Rodrigues, pelo presidente do Governo Regional, Miguel de Albuquerque, e pelo representante da República, conselheiro Ireneu Cabral Barreto, acompanhado pelo presidente da Delegação da ADFA na Madeira, João Martins. As audiências decorreram de forma muito cordial, tendo os dirigentes dos Órgãos Sociais da ADFA tido oportunidade de fazer um pouco do historial da Associação, das suas realizações, das suas dificuldades e dos seus objectivos.

Foram abordados os problemas específicos dos deficientes militares residentes no Arquipélago, nomeadamente no campo da saúde, onde para além das dificuldades de ordem geral, se somam as decorrentes da insularidade.

As autoridades contactadas manifestaram a maior compreensão, nomeadamente o representante da República, também ele antigo combatente em Moçambique, que aproveitou a ocasião para desejar as maiores felicidades aos novos Órgãos Sociais Nacionais e da Delegação e para louvar *“o relevantíssimo papel social da ADFA na luta pelo reconhecimento do sacrifício de tantos militares no serviço de Portugal, bem como na reabilitação da saúde de muitos antigos combatentes”*.



Foram aventadas formas de melhorar o apoio aos deficientes militares, complementares das obrigações do Estado Português.

De todas estas iniciativas, ficou o espírito de abertura das autoridades regionais em colaborar na resolução dos problemas dos deficientes militares, baseada no sentimento de reconhecimento e solidariedade para com os antigos combatentes madeirenses.

Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes visita Delegação do Porto



No âmbito da comemoração do 47.º Aniversário da Delegação do Porto, realizada no dia 7 de Dezembro último, a secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Catarina Sarmento e Castro, fez uma visita à Sede da Delegação para conhecer o “*passado, presente e futuro*” desta estrutura local.

O programa constou de uma sessão de boas-vindas, seguida de uma cerimónia que teve a presença de dirigentes nacionais e locais e de associados e colaboradores da Delegação, finalizando com uma visita às instalações do Centro Associativo e Social do Porto (CASP) e com um Porto de Honra.

Durante o evento, a coordenadora técnica do Departamento de Apoio Integrado, Graciete Cruz, apresentou o trabalho desenvolvido pela Delegação do Porto, bem como o Projecto CAIP.

Seguiram-se as intervenções dos presidentes da Mesa da Assembleia-Geral Nacional, Joaquim Mano Póvoas,

da Direcção Nacional, Nuno Santa Clara Gomes, e da Direcção da Delegação do Porto, Abel Fortuna.

A secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes encerrou a sessão com palavras de felicitação pelo trabalho desenvolvido, destacando alguns momentos vividos no actual desempenho das suas funções, que se revestiram de grande significado, em particular a primeira visita que fez à ADF, e realçando o momento que estava a viver. Manifestou o seu orgulho pessoal, uma vez que é natural da cidade do Porto.

No final, durante o Porto de Honra, houve lugar à troca de alguns pontos de vista sobre questões relacionadas com os deficientes das Forças Armadas, tendo a governante sugerido que a Direcção Nacional solicitasse uma audiência no mais breve prazo possível para melhor conhecimento do Projecto CAIP e para avaliar o que poderia “*deixar registado para quem lhe vier a suceder*”, mostrando-se disponível para apoiar o que considerou ser um “*desafio digno, uma vez que se desti-*

na aos deficientes das Forças Armadas e à comunidade em geral”.

A celebração do 47.º Aniversário da Delegação teve vários momentos simbólicos durante o dia 7 de Dezembro. Durante a cerimónia de hasteamento das bandeiras, junto da entrada principal das instalações da Delegação, foi feita a evocação dos associados falecidos, com toque de Mortos em Combate e de Alvorada por um clarim cedido pelo Comando de Pessoal do Exército, do Porto.

Seguiu-se um almoço de convívio e corte de bolo de aniversário.

Pelas 15h00, teve lugar a recepção à secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes.

Antes do Porto de Honra decorreu a visita ao edifício do Centro Associativo e Social do Porto (Palacete Cor-de-Rosa).

As celebrações decorreram com participação reduzida, pelas imposições decorrentes da situação pandémica de COVID-19.

Novo chefe do Estado-Maior da Armada

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, deu posse, em 27 de Dezembro, no Palácio de Belém, ao novo chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, almirante Henrique Gouveia e Melo.

O almirante Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo nasceu em Quelimane, Moçambique, a 21 Novembro 1960. Ingressou na Escola Naval em 7 Setembro 1979 como cadete do curso “*Carvalho Araújo*” e, em 19 Setembro de 1983, foi promovido a aspirante. Integrou a esquadilha de submarinos em Setembro de 1985 e, até 1992, navegou nos submarinos Albacora, Barracuda e Delfim, exercendo diversas funções operacionais como oficial de guarnição. Desempenhou o cargo de imediato nos submarinos Albacora e Barracuda. No mar, exerceu o comando dos submarinos Delfim e Barracuda e da fragata NRP Vasco da Gama. Por falecimento do comandante do submarino NRP Tridente, foi o responsável embarcado pelas provas, testes e operações do período

de garantia de um ano após a recepção do navio em Portugal. Entre 1998 e 2002 liderou do Serviço de Treino e Avaliação da Esquadilha de Submarinos e o Estado-Maior da Autoridade Nacional para o Controlo de Operações de Submarinos (SUBOPAUTH), assumindo mais tarde comando daquela esquadilha.

Exerceu as funções de chefe do Serviço de Informação e Relações Públicas do Gabinete do almirante chefe do Estado-Maior da Armada, segundo comandante da Flotilha de Navios, director de Faróis, director do Instituto de Socorros a Náufragos, chefe de Gabinete do almirante chefe do Estado-Maior da Armada e segundo comandante naval.

De 12 de Janeiro de 2017 a 14 de Janeiro de 2020 exerceu as funções de comandante naval, e durante dois anos deste mesmo período, de 19 de Setembro de 2017 a 19 de Setembro de 2019, exerceu funções de comandante da EUROMARFOR. No dia 17 de Janeiro de 2020 tomou posse como adjunto para o Planeamento e Coordenação do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Cargo que

exerceu até tomar posse como chefe do Estado-Maior da Armada. Durante o desempenho deste cargo foi ainda nomeado, no dia 3 de Fevereiro de 2021, coordenador da *Task Force* para a vacinação contra a Covid-19.

Tomou posse como chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional no dia 27 de Dezembro de 2021, data em que foi promovido a almirante.

No percurso da sua carreira, o almirante Gouveia e Melo foi distinguido com diversas condecorações, salientando-se a Ordem Militar de Avis – Grau de Comendador, oito Medalhas Militares de Serviços Distintos, três de ouro e cinco de prata, Medalha Militar de Mérito Militar de 1.ª, 2.ª e 3.ª Classe, Medalha da Defesa Nacional de 1.ª Classe, Medalha Militar de Cruz Naval de 3.ª Classe, Medalha Militar de Comportamento Exemplar – ouro, Medalha comemorativa da operação “*Sharp Guard*” (NATO), e mais recentemente, a Ordem de Mérito Marítimo, por parte da Marinha Francesa e a Medalha da Ordem do Mérito Naval – Grau de Grande Oficial, por parte da Marinha do Brasil.

Associado Ludgero Sequeira homenageado

Reconhecimento e gratidão

A Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo - Universidade do Algarve homenageou o professor coordenador aposentado Ludgero Sequeira, atribuindo o seu nome ao Anfiteatro da Escola e tornando-o Professor Emérito. A celebração dos méritos de uma carreira académica de décadas, do actual presidente da Delegação de Faro, num exemplo de reconhecimento que a ADFA também saudou.

O associado Ludgero Sequeira, presidente da Direcção da Delegação de Faro, e até há pouco tempo tesoureiro da Direcção Nacional da ADFA, foi distinguido, no dia 15 de Dezembro, pela Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) da Universidade do Algarve, por deliberação do seu Conselho Técnico Científico, com o título de Professor Emérito. Na celebração do dia da Escola, recebeu dos seus colegas professores o elogio merecido. No dia 22 de Novembro, a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo realizou uma cerimónia de atribuição do nome do Professor Doutor Ludgero Sequeira ao Anfiteatro da ESGHT.

Ludgero Sequeira foi distinguido e homenageado no culminar de uma carreira académica de décadas, sendo um dos fundadores da ESGHT, onde exerceu funções de docente durante 30 anos. Foi pró-reitor da Academia durante quatro anos (1993-1997).

Homenagem em tempo de celebração

O Aniversário da Escola teve como lema "*Celebrar o passado a pensar no Futuro*", organizando-se uma Gala que comemorou também os 30 anos dos cursos de Gestão Hoteleira e de Turismo e os 35 anos do curso de Gestão, no Teatro das Figuras, em Faro. O dia do aniversário da Escola é 21 de Novembro, celebrando "*o sentido de comunidade que tem marcado o percurso académico e de aprendizagem de milhares de alunos na ESGHT*" desde 1986.

"*Somos uma unidade de criação e partilha de conhecimento, cultura e ciência. Formamos pessoas para vários sectores de actividade há mais de 30 anos, mas ambicionamos o melhor para os que constituem esta família*", referiu a diretora da ESGHT, Alexandra Gonçalves, que acrescentou que "*no percurso de desenvolvimento da ESGHT estão muitas horas de cada um de nós, marcas de referência e de identidade, de grande dedicação e profissionalismo*".

A diretora afirmou ainda que "*este momento surge sobretudo porque temos o dever de agradecer a quem nos tem ajudado neste percurso de afirmação positiva e também porque queremos continuar a contar com todos, num futuro sustentado em boas práticas e resultados de excelência. Somos a ESGHT e temos uma identidade própria que continuaremos a afirmar*".

Num "*evento solene que é um reconhecimento daqueles que marcam o percurso da ESGHT e que nos ajudam a projectar o seu caminho futuro*", a cerimónia pública de atribuição do seu nome ao Anfiteatro da ESGHT, incluiu o descerramento de uma placa comemorativa, seguida da intervenção do Magnífico Reitor, de um representante dos docentes e do próprio professor Ludgero Sequeira. Abrilhou culturalmente o evento um momento musical, por Ruben Alves.

A Direcção da ESGHT encerrou o evento com uma intervenção, a que se seguiu um pequeno convívio.

"*Enquanto directora da Unidade Orgânica gostaria de expressar que entrei na carreira do Ensino Superior Politécnico com o professor Ludgero Sequeira na liderança da Escola*", referiu ao ELO a diretora Alexandra



Gonçalves, que lembrou que "*o professor Ludgero Sequeira a todos deixou muitos ensinamentos, pelo seu estilo de liderança, pela sua frontalidade e pela sua entrega e constante disponibilidade, para as causas não só da ESGHT, mas do Ensino Superior Politécnico. Temos todos muita gratidão pelo que somos hoje enquanto instituição ao professor Ludgero Sequeira*".

Serviços relevantes

A Direcção e o Conselho Técnico-Científico (CTC) da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve deliberaram distinguir como "*Professor Emérito*" o professor doutor Ludgero dos Santos Sequeira, professor coordenador aposentado da ESGHT, reconhecendo que "*prestou serviços relevantes à Universidade do Algarve, tendo contribuído de forma significativa para a gestão e consolidação da instituição, bem como para a valorização do ensino, da investigação e da extensão em áreas relacionadas com a Gestão*".

Concluiu o Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1976), após interrupção durante quatro anos para prestação do serviço militar. Depois licenciou-se em Organização e Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (1983) e, mais tarde, obteve o grau de mestre (1988) em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Em 2003 doutorou-se em Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade de Huelva (Espanha).

Natural de Faro, nasceu em 1950, e regressou às suas origens em 1984, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Faro (que deu origem à actual Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve), depois de vários anos a trabalhar em Lisboa, nomeadamente na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, do

Ministério das Finanças, e no Departamento de Contabilidade da Caixa Geral de Depósitos.

Carreira sempre muito activa

Na Escola, em cerca de 30 anos de carreira académica, foi professor assistente até 1987, depois foi professor adjunto, de 1988 a 1991, e professor coordenador, desde 1992, tendo sido responsável pelo desenvolvimento e consolidação do ensino da Contabilidade na ESGHT.

Dedicou-se a todas as vertentes da actividade dos docentes, desde a gestão da instituição e a prestação de serviço docente, até à realização de actividades de investigação e de extensão sempre com uma estreita ligação com a região. Ao nível da investigação e da extensão, para além de ter participado em projectos de investigação, apresentou inúmeras comunicações em congressos e participou em vários júris académicos. Também estabeleceu parcerias de investigação com instituições de ensino superior espanholas e incentivou que os docentes da ESGHT realizassem o doutoramento numa fase em que poucos docentes do subsistema politécnico detinham o grau de doutor.

Ludgero Sequeira lecionou inúmeras disciplinas na área da Gestão e Administração, com maior foco no domínio da Contabilidade, designadamente: Contabilidade Financeira, Contabilidade Analítica, Contabilidade Geral, Gestão Estratégica, Gestão Financeira, Empreendedorismo e Relato Financeiro, entre outras. Também orientou dezenas de alunos em estágio curricular.

Foi presidente do Conselho Directivo em quatro mandatos (1992 a 1995, 1995 a 1998, 2001 a 2004, 2004 a 2009), totalizando 14 anos, e foi presidente do Conselho Pedagógico em três mandatos (1990 a 1992, 1998 a 2000, 2011 a 2013), totalizando mais seis anos. Também exerceu as funções de pró-reitor da Universidade do Algarve, de 1993 a 1997, tendo sido responsável pelos pólos de Portimão e de Vila Real de Santo António.

Foi membro do Conselho Técnico-Científico durante 28 anos (entre 1986 e 2014) e membro do Conselho Geral da Universidade do Algarve durante quatro anos (2009 a 2013).

Em simultâneo, foi membro de vários órgãos da Universidade do Algarve e da ESGHT: membro do Senado da UAlg, membro da Assembleia da UAlg, membro da Assembleia de Representantes da ESGHT, e membro da Comissão Coordenadora do Conselho Científico da ESGHT.

Foi ainda presidente executivo da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, entre 2006 e 2011. No início da sua carreira académica exerceu as funções de coordenador do Núcleo Científico de Contabilidade (1986 a 1990) e de director do Curso Superior de Gestão (1986 a 1992), o qual ajudou a criar.

No final da sua carreira voltou a ser director da Licenciatura em Gestão, após a sua adequação ao modelo de Bolonha, durante mais quatro anos (2009 a 2013).



Desempenhou um papel sempre muito activo, colaborando na gestão corrente dos recursos humanos e financeiros da Escola e na leccionação de disciplinas, contribuindo para consolidar o funcionamento dos órgãos de gestão e para aumentar a oferta formativa.

Reconhecimento e distinção

Segundo o Conselho Técnico-Científico da Escola, Ludgero Sequeira assumiu um "papel determinan-

te" na criação do curso de Gestão da ESGHT e também de outros cursos "que continuam a ser uma referência na formação nacional em Turismo e Hotelaria". Em 1991, foi um dos docentes a participar na Assembleia Estatutária que veio a possibilitar a integração do Instituto Politécnico de Faro na Universidade do Algarve.

Para a Direcção e Conselho Técnico Científico da ESGHT, "a proposta de atribuição do título de "Professor Emérito" da Universidade do Algarve a Lud-

gero Sequeira justifica-se não só para prestar uma justa homenagem à sua carreira académica, mas, sobretudo, para reconhecer publicamente o seu decisivo papel na criação e desenvolvimento da ESGHT, bem como na consolidação do subsistema politécnico na Universidade do Algarve".

A ADFA e a Equipa do ELO congratulam-se com a distinção de que foi alvo o associado Ludgero Sequeira, endereçando ao presidente da Delegação de Faro um forte abraço.

Novo livro

"Cartas de Amor e de Dor"

A jornalista Marta Martins Silva é autora do livro "Cartas de Amor e de Dor", que foi apresentado ao público em Novembro de 2021, em Lisboa.

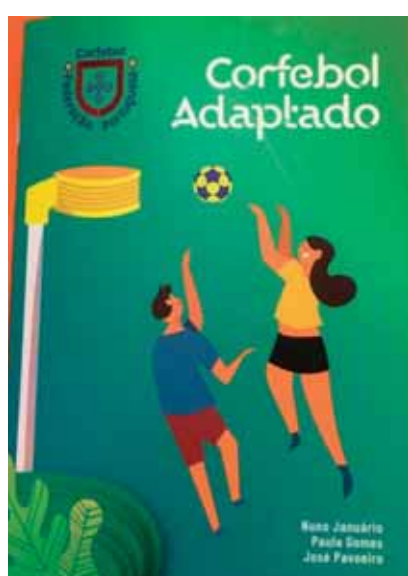
A obra, da editora Desassossego, mostra, em 320 páginas, episódios da Guerra Colonial, revelando parte da correspondência dos combatentes de então. Estima-se que entre 1961 e 1975 tenham circulado cerca de 376 milhões de aerogramas e que dez toneladas de correio ligassem diariamente os militares às suas famílias. O novo livro também conta com testemunhos de associados da ADFA e surge no seguimento de "Madrinhas de Guerra", outra obra sobre a Guerra Colonial. A autora analisou centenas de cartas, postais, aerogramas e telegramas entre África e Portugal, e Portugal e África, trocados entre os soldados em combate e os que ficaram na terra.

A autora confessou: "arrepiei-me muitas vezes durante a escrita do livro porque é impossível não me imaginar na



pele daquelas pessoas. Nas que foram e nas que ficaram. No filho que, num aquartelamento em Angola, depois de 15 dias no mato, a sofrer emboscadas, recebe uma carta a dizer que a mãe morreu e se confronta com o facto de não se poder despedir dela; na mulher com um bebé nos braços que na metrópole recebe uma carta a dizer que o marido foi morto na guerra. As cartas, os aerogramas e os telegramas eram na guerra o veículo do bom e do mau, da alegria e da tristeza". "É a guerra na primeira pessoa", referiu o general Pedro Pizarat Correia, que prefaciou a obra.

"Não raras vezes os combatentes disseram-me que os momentos mais difíceis eram aqueles em que havia atrasos na chegada do correio – mais do que as emboscadas e os ataques", acrescentou a autora. O Serviço Postal Militar foi essencial para os militares em comissão na guerra e para os que com eles se correspondiam e, hoje, o livro "Cartas de Amor e de Dor" dá nova voz ao combatentes da Guerra Colonial, revelando também nas suas cartas o Portugal daquela época.



Corfebol Adaptado em livro

O livro "Corfebol Adaptado", da Federação Portuguesa de Corfebol (FPC), foi apresentado no dia 21 de Dezembro, no Auditório Jorge Maurício, na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa.

Esta obra resulta do trabalho do professor Nuno Januário, da Faculdade de Motricidade Humana, e José Pavoeiro, vice-presidente da FPC, que tem estado incluído neste projecto desde 2015, para, juntamente com

Paula Gomes, secretária-geral da FPC e coordenadora do Projecto Corfebol Adaptado, conceberem o livro cuja edição será distribuída junto de todas as escolas do País e IPSS, num primeiro passo para a adopção e desenvolvimento do Corfebol nestas instituições, demonstrando as inúmeras valências do Corfebol e sua adaptabilidade a quase todo o tipo de deficiência.

Desde 2015 que a FPC adaptou as regras para que pudesse ser praticado

por pessoas portadoras de deficiência intelectual, no âmbito do Plano Nacional Desporto para Todos, financiado pelo IPDJ e INR, com o Projecto Corfebol Adaptado.

O Corfebol Adaptado conta já com a participação de mais de 50 Instituições de Solidariedade Social e envolve cerca de 400 praticantes de Norte a Sul do País que, com grande entusiasmo e motivação, todos os anos participam nos Torneios organizados pela Federação, mesmo durante a pandemia.

Passe de Antigo Combatente

O Passe de Antigo Combatente é uma modalidade tarifária que confere o direito à isenção do pagamento de um dos títulos mensais vigentes nos serviços de transporte público de passageiros da área metropolitana ou comunidade intermunicipal a que pertence o concelho de residência habitual do beneficiário.

Este passe destina-se aos detentores do Cartão de Antigo Combatente ou de Viúva/o de Antigo Combatente, nas condições definidas na Portaria n.º 198/2021, de 21 de Setembro.

As modalidades abrangidas são: Passes metropolitanos; Passes municipais; Títulos assentes em assinaturas de linha (que permitem deslocações entre uma origem e um destino específicos).

No caso das assinaturas de linha, e só nestas, a gratuidade abrange deslocações até ao escalão máximo de distância de 32 km, a contar da localidade de residência habitual do utente.

Para ter acesso ao Passe de Antigo Combatente, o interessado deve preencher o requerimento de adesão, disponível nos postos ou balcões dos operadores de transportes, onde os utentes se dirigem habitualmente para adquirir os seus títulos de transporte, encontrando-se também acessível *online*, nas páginas electrónicas do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) e dos operadores de transportes. Este requerimento deverá ser acompanhado pelos seguintes documentos: Cartão de antigo combatente ou cartão de viúva/o de antigo combatente; Cartão de Cidadão ou outro título válido equivalente; Comprovativo de morada fiscal de residência habitual (sendo admissível, entre outros comprovativos possíveis, a apresentação de certidão de domicílio fiscal emitida pelas Finanças, a qual pode ser obtida gratuitamente, e de forma imediata, no Portal das Finanças, em www.portaldasfinancas.gov.pt).

Caso o beneficiário já disponha de um cartão de suporte válido para os títulos mensais vigentes nos serviços de transporte de passageiros da área metropolitana ou da comunidade intermunicipal da respectiva área de residência, e sempre que o operador considere que esse cartão ainda está em condições de ser utilizado para carregar o Passe de Antigo Combatente, não é necessário requerer a emissão de um novo cartão, podendo este passe ser directamente activado no cartão já existente, sem qualquer custo associado, após o preenchimento do requerimento de adesão e da apresentação dos documentos acima referidos. Caso ainda não disponha do cartão de Antigo Combatente ou de Viúva/o de Antigo Combatente, o interessado deve proceder à actualização dos seus dados pessoais para a emissão do respectivo cartão, através do preenchimento do formulário disponível para o efeito em <https://bud.gov.pt/ac/eac/cartao.html>.

Prémio Literário Antigos Combatentes - Memórias Militares

ADFA integra Júri designado pela secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes

A ADFA tomou conhecimento dos Despachos n.º 27/SERHAC/2021 e n.º 29/SERHAC/2021 da secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes que definem a composição do Júri do Prémio Literário Antigos Combatentes - Memórias Militares.

A governante determinou que o júri do Prémio ficará composto pelas seguintes individualidades: a directora do Instituto da Defesa Nacional, professora doutora Maria Helena Carreiras, que preside; o presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, major-general João Vieira Borges; o secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, João Ribeiro; o director de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, Luís Galego, em representação da Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional; em representação da Liga dos Comba-

tentes, Fernando Reis Lima; o presidente da Direcção Nacional da ADFA, coronel Nuno Santa Clara Gomes; o presidente da Federação Portuguesa das Associações de Combatentes, Manuel Rodrigues; e João de Melo.

O Prémio Literário Antigos Combatentes — Memórias Militares, instituído pelo Despacho n.º 12010/2021, de 30 de Novembro, estabelece que o júri do prémio é designado, em cada ano, pelo membro do Governo responsável pela área dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes.

O Prémio Literário Antigos Combatentes - Memórias Militares tem como objectivo "*homenagear os ex-militares e militares que combateram com abnegação e sacrifício, lealdade, coragem e camaradagem em vários teatros operacionais, premiando e tornando públicas obras de valor literário que estes veteranos pretendam partilhar com o País*".

O Prémio também pretende "*promover a perpetuação das memórias literárias baseadas em realidades experienciadas pelos militares, nas campanhas em geral e, naturalmente, de modo particular, na Guerra Colonial*", para assegurar "*o reconhecimento e a divulgação de obras literárias relevantes para a compreensão e edificação da nossa história coletiva, assegurando a sua transmissão às gerações vindouras, e contribuindo para a permanente construção da memória de Portugal em matéria de participação em teatros de guerra, em todas as suas cambiantes, nas suas glórias ou nos seus erros e fracassos, evitando que se apague ou se olvide, na sua diversidade, o vivido, o sentido e o sofrido, e dessa vivência histórica, feita das interações mais distintas, e na qual assenta uma multiplicidade de juízos, retirando lições serenas de presente e de futuro*".

Nova legislação

A ADFA tomou conhecimento e divulgou por toda a sua estrutura os seguintes novos diplomas:

- **Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 7DEZ:** actualiza as remunerações da Administração Pública e aumenta a respectiva base remuneratória em 0,9%, com efeitos a 1 de Janeiro de 2022. Este aumento de 0,9% reflete-se na pensão base dos DFA.

- **Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7DEZ:** actualiza o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) e cria medida excepcional de compensação para alguns sectores. O valor da RMMG é de 705,00 euros, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2022.

- **Portaria n.º 292/2021, de 13DEZ:** procede à terceira alteração da Portaria n.º 182/2018, de 22 de junho, que regula as condições de trabalho dos trabalhado-

res administrativos não abrangidos por regulamentação colectiva específica.

- **Portaria n.º 294/2021, de 13DEZ:** procede à actualização anual do valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) que, a partir de 1 de Janeiro de 2022, passa a ser de 443,20 euros.

- **Lei n.º 88/2021, de 15DEZ:** Regime transitório de obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos.



PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

Contactos dos Técnicos

ÁREA GEOGRÁFICA	TÉCNICO/A
Distrito de Bragança Todos os concelhos Distrito de Vila Real Todos os concelhos Distrito de Viana do Castelo Todos os concelhos Distrito de Braga Todos os concelhos Distrito de Viseu Todos os concelhos Distrito da Guarda Todos os concelhos	Polo Porto Carina Pinto T. 925 604 523 carina.pinto@padm.crpq.pt
Distrito do Porto Concelhos do Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Trofa, Santo Tirso, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Marco de Canaveses, Amarante, Felgueiras e Baião Distrito Aveiro Todos os concelhos	Polo Porto Vera Silva T. 960 076 911 vera.silva@padm.crpq.pt
Distrito do Porto Concelhos de Penafiel, Paredes, Valongo, Paços de Ferreira, Lousada, Maia e Gondomar	Polo Porto Ana Moreira T. 913 660 377 ana.moreira@padm.crpq.pt
Distrito de Coimbra Todos os concelhos Distrito de Leiria Todos os concelhos Distrito da Castelo Branco Todos os concelhos Distrito de Santarém Todos os concelhos	Polo Coimbra Norberto Simões T. 960 076 902 norberto.simoese@padm.crpq.pt
Distrito de Lisboa Todos os concelhos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e outros países	Polo Lisboa Ana Machado T. 917 365 357 ana.machado@padm.crpq.pt
Distrito de Setúbal Todos os concelhos Distrito de Portalegre Todos os concelhos Distrito de Évora Todos os concelhos Distrito de Beja Todos os concelhos Distrito de Faro Todos os concelhos	Polo Alentejo/Algarve Andreia Caeiro T. 925 574 012 andreia.caeiro@padm.crpq.pt
Região Autónoma da Madeira	Polo da Madeira Tânia Gonçalves T. 968 581 300 tania.goncalves@padm.crpq.pt
Região Autónoma dos Açores	Polo dos Açores Maria Botelho T. 960 076 876 maria.botelho@padm.crpq.pt

Histórias de Vida

Elias Jemusse

Elias Jemusse, natural de Chicuxa-Búzi, reside na cidade da Beira, em Moçambique, e tem 73 anos.

Em 1972 sofreu um acidente no cumprimento do serviço militar, na zona de Tete, em Moçambique, tendo sido evacuado para o então Hospital de Lourenço Marques, onde sofreu uma amputação do membro inferior esquerdo, abaixo do joelho, e sequelas de traumatismo.

Na altura, foi presente, em Moçambique, a uma junta médica, auferindo desde aí, uma pensão de valor reduzido pago em meticais, no quadro do acordo celebrado, à época, entre Portugal e Moçambique.

Acabou por casar, tendo filhos e netos, não exercendo actividade profissional relevante ao logo da maioria da sua vida adulta, devido à deficiência adquirida.

No dia 23 de Novembro de 2019 chegou a Portugal pelos seus próprios meios, com queixas no coto da perna amputada, devido a uma prótese que o magoava, com sequelas de traumatismos, deslocando-se com apoio de uma canadiana. Em 2019 compareceu a uma consulta de Ortopedia no HFAR-PL, seguido de junta médica única onde lhe foi atribuída uma desvalorização de 65% de grau de incapacidade, no âmbito do seu processo de qualificação como Deficiente das Forças Armadas.

Num primeiro momento ficou alojado sob alçada do Exército Português, numa unidade militar em Lisboa, mas como esta estrutura não reunia as condições de acessibilidade necessárias, foi transferido para um quarto no HFAR-PL e posteriormente para o Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa.

Foi-lhe disponibilizado todo o apoio, esclarecimento e orientação no quadro dos apoios existentes. Após esta longa estadia, vai regressar para junto da sua família em Moçambique.

O deficiente militar solicitou a não publicação da sua identificação, autorizando apenas a divulgação de informação sobre o seu caso.

Com 74 anos de idade, o deficiente militar X, natural da Ilha da Terceira, Região Autónoma dos Açores, é viúvo. Cumpriu serviço militar na província de Moçambique e, com 21 anos, incorporou uma Companhia de Caçadores. Um ano e meio depois, foi vítima de uma emboscada, tendo sofrido um acidente, deixando-o com várias sequelas de traumatismos.

Depois de ter recuperado do acidente, regressou à vida civil, iniciando a sua carreira profissional.

Ultimamente, devido às sequelas sofridas, tem sido orientado para medicina física e reabilitação da sua área de residência, e para o HFAR-PL para aceder a produtos de apoio que o ajudem na sua autonomia.

Foi encaminhado para avaliação no âmbito da autonomia e funcionalidade.

Estes esforços são fundamentais para garantir o acesso aos seus direitos e a manutenção da sua qualidade de vida.

Ermida de São Luís



A Ermida de São Luís localiza-se na cidade de Faro, no largo com o mesmo nome.

A sua arquitectura religiosa adopta o modelo das ermidas seiscentistas, com fachada principal de pano único, rasgada pelo portal axial recto sobreposto por janelão e ladeado por janelas quadrangulares. A rematar esta fachada surge um frontão triangular.

O início da construção remonta à primeira metade do século XVII. No terceiro quartel do século XVIII sofre uma campanha de obras, com a reconstrução da cúpula da capela-mor, em estilo rococó, obras provavelmente relacionadas com os estragos provocados pelo terremoto de 1755.

Em 1806, o bispo do Algarve, D. Francisco Gomes Avelar, promove nova campanha de obras, encomendando o projecto ao arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri (Gordalina, 2002).

A igreja apresenta planta longitudinal, composta



por nave única e capela-mor rectangulares. A parede testeira desta capela principal está parcialmente preenchida com um retábulo erudito, de formulário neoclássico, cujo risco é do arquitecto Francisco Xavier Fabri, realizado em 1806. O entalhe é, provavelmente, de José da Costa, entalhador sediado na cidade de Faro (Lameira, 2007). No que se refere ao material, é de madeira entalhada, dourada e pintada, a fingir pedraria. O exemplar é devocional, com um único tema iconográfico, expondo em nicho a representação escultórica do orago, São Luís. Apresenta colunas coríntias e frontão triangular, evidenciando o seu neoclassicismo.

No que diz respeito à acessibilidade, verifica-se que ao lado da escadaria de acesso à entrada há uma rampa, porém, no seu final surgem três degraus que dificultam o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Por Ariadne Pignaton



EM CASA

...mantenha as quotas em dia!



Antigos estudantes carmelitas portugueses reúnem-se no Museu

Foram 30 os representantes e delegados dos antigos estudantes do Seminário dos Carmelitas Descalços, alguns deles combatentes na Guerra Colonial, que se reuniram nas instalações do Museu da Guerra Colonial para realizar uma Assembleia-Geral, e que, com os seus familiares, percorrerem “*itinerário do combatente*”, recordando a sua passagem pela guerra, mostrando as suas memórias nos aspectos que os “*marcam*” diariamente.

Esta jornada figura no “Diário de depoimentos do MGC”.

Museu da Guerra Colonial no “Praça da Alegria”

O programa da RTP1 “Praça da Alegria” fez uma reportagem no Museu da Guerra Colonial, em Famalicão, no dia 22 de Novembro.

Os repórteres da RTP1/Praça da Alegria deslocaram-se ao Museu com o objectivo de conhecer esta unidade

museológica e gravar uma entrevista com o presidente, Augusto Silva, bem como, destacar alguns temas a divulgar naquele programa.

A apresentação do trabalho televisivo realizado foi transmitida no dia 25 de Novembro último, com destaque especial no primeiro canal da televisão pública.



V Encontro da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão

A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão organizou, numa parceria com o Museu da Guerra Colonial, no dia 29 de Novembro, o V Encontro da Rede Municipal de Museus de Famalicão, presencialmente e por videoconferência.

A jornada decorreu durante todo o dia e destinava-se a todos os técnicos e funcionários dos Museus da Autarquia.

A Vereação da Cultura e a Rede Municipal de Museus agradeceu a cedência do espaço e o apoio prestado na realização do V Encontro, referindo que “foi de extrema importância para o sucesso desta iniciativa”.



Novo Protocolo

A Junta de Freguesia de Ribeirão, o Núcleo da Liga dos Combatentes de Ribeirão e a Associação do Museu da Guerra Colonial celebraram um Protocolo, no dia 1 de Dezembro, numa cerimónia de homenagem que decorreu durante o Dia dos Combatentes Ribeirenses/Famalicenses. Na parte de manhã, teve lugar assinatura do Protocolo de Apoio aos Combatentes”, que junta os esforços da Junta de Freguesia de Ribeirão, representada pelo seu presidente Leonel Rocha, do Núcleo da Liga dos Combatentes, representado pelo presidente Ferrei-



ra dos Santos, e do Museu da Guerra Colonial, representado pelo presidente da Direcção, Augusto Silva, estando presentes neste evento o vereador da Cultura, Pedro Oliveira, e o tenente-coronel Almeida Garcia.

Durante a tarde decorreu um momento musical e poético, aberto à comunidade, destacando-se a participação do grupo formado pelos professores Carlos Carneiro (guitarrista), António Sousa (declamador), Ivo Machado (cantor) e a participação especial do Dr. Matias (músico/cantor).

A alimentação saudável, um hábito que se pretende diário

Um novo ciclo se inicia. Após uma fase tradicionalmente de excessos, é tempo de voltar à rotina alimentar ou, se necessário, melhorá-la e mantê-la durante todo o ano.

Atentemos às principais regras de alimentação saudável para manter o bem-estar e a saúde:

- Inicie o dia com um pequeno-almoço completo, que inclua um laticínio ou ovo, um cereal, como o pão, e uma fonte de água, como o chá.
 - Ao longo do dia, faça refeições ligeiras em intervalos regulares.
 - Nos lanches ingira sempre uma fonte de proteínas, como queijo, leite, iogurte ou ovos; uma fonte de cereais, como a aveia ou o pão ou fruta fresca; e uma fonte de água que poderá ser a própria ou uma bebida quente sem calorias como a cevada ou o chá.
 - Às refeições principais, não dispense a sopa de legumes e hortaliças, à qual pode acrescentar feijão, grão ou favas para melhorar o teor nutricional.
 - No prato, um quarto deve ser destinado à carne, peixe ou ovos, outro quarto para a batata, massa, arroz ou leguminosas e metade para os hortícolas cozidos ou em saladas, temperados com pouco azeite e ervas aromáticas a gosto.
 - Como sobremesa, prefira a fruta fresca
 - A bebida de eleição deverá ser a água.
- Lembre-se que a água pode ser ingerida à refeição ou nos seus intervalos, tendo atingido, pelo menos,



1,5 L de líquidos por dia.

- O método de confeção pode fazer toda a diferença para o aporte calórico da refeição. Confeções simples e equilibradas como os cozidos, grelhados, assados no forno e estufados com pouca gordura devem ser as seleccionadas.
- Varie os alimentos, sobretudo frutos e hortícolas para adicionar mais valor antioxidante e protector às refeições.
- Receitas tradicionais mas desequilibradas, como enchidos, fumados, compotas, bolos, chocolates, fritos, salgadinhos, vinho... poderão ser ingeridos mas apenas para celebrar uma data ou acontecimento especial.

Reveja a alimentação atual para identificar as principais melhorias. Introduza as alterações progressivamente até atingir os objetivos e fazer deles um hábito alimentar. Votos de um ótimo Ano de 2022!

Se desejar mais informação, esclarecer dúvidas ou partilhar a sua opinião sobre o tema, envie e-mail para secretaria.porto@adfa.org.pt.

*Ângela Henriques
Nutricionista da Delegação do Porto*

Estatuto Editorial do ELO

1. O jornal ELO, criado em 23 de novembro de 1974, é o órgão de informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), a sua proprietária, e é gerido pela Direção Nacional (DN).
2. Como órgão institucional deve respeitar os Estatutos da ADFA, designadamente no que respeita ao estipulado no seu Artigo 1.º, e demais diretivas dos seus Órgãos Nacionais eleitos. Como órgão de informação deve respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional do Jornalismo.
3. O ELO privilegia, na sua temática, as questões relacionadas com os deficientes das Forças Armadas, no sentido da promoção da sua dignificação como cidadãos com direitos e deveres, sendo elemento ativo na defesa dos seus direitos e da sua qualidade de vida.
4. O ELO deve ser, também, veículo de toda a problemática dos deficientes portugueses, promovendo a defesa dos seus direitos e divulgando as iniciativas das suas organizações representativas.
5. O ELO poderá incluir temas gerais de carácter informativo, cultural e recreativo.
6. O ELO deve estar permanentemente atento ao que se passa na ADFA e deve ser um colaborador privilegiado dos Órgãos Nacionais, das Delegações e dos Núcleos na divulgação da imagem e dignificação da Associação, junto dos órgãos do Estado e das autarquias, da Instituição Militar, das organizações internacionais de vítimas e de veteranos de guerra, das organizações de deficientes militares dos PALOP, das associações portuguesas de militares e de antigos combatentes, das organizações de e para deficientes e da opinião pública em geral.
7. O ELO deve prestar uma atenção muito especial às bases da ADFA, reservando parte importante do seu espaço para a divulgação das notícias e eventos das Delegações e para dar voz aos associados quer publicando as suas cartas, quer indo ao seu encontro para colher os seus testemunhos a publicar em forma de entrevista.
8. Fazendo os deficientes militares parte da "Família Militar", o ELO, em colaboração com a Direção Nacional, deve manter os associados informados sobre a Instituição Militar, em especial nos assuntos de interesse comum.
9. Na seleção do material a publicar, o ELO deve ter presentes princípios de isenção e pluralismo, devendo a colocação dos textos nas páginas, as ilustrações e outros elementos obedecer a critérios baseados na efetiva importância de cada texto ou foto e não nas convicções ou interesses particulares dos seus autores ou de quem seleciona ou pagina.
10. Em cada edição o ELO deve fazer a distinção do que é material noticioso e do que é opinião. As notícias devem ser objetivas e cingir-se à narração e análise dos factos; as opiniões devem ser assinadas por quem as defende e obedecer aos princípios do presente estatuto.
11. O ELO deve estar atento à evolução das novas tecnologias da informação e procurar estar atualizado na sua utilização.



EM CASA

...mantenha as quotas em dia!



Museu da Guerra Colonial, Lago Discount, Lote 35 A
4760-673 Ribeirão

HORÁRIOS: TERÇA A SEXTA DAS 10H00 ÀS 17H30 - SÁBADO DAS 14H30 ÀS 17H30 - OUTRO HORÁRIOS ATRAVÉS DE MARCAÇÃO PRÉVIA.
TELEFONE – 252 322 848 ou 252 376 323 ; TELEMÓVEIS – 919 594 318 ou 919 594 499 ou 919 594 510
GPS – 41° 22'04.90" N 8° 32'56.42"O

museuguerracolonia@adfa.org.pt | www.museuguerracolonia.pt

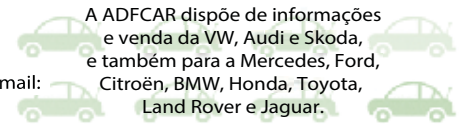


Informações

ALBERTO PINTO

Tel.: 21 751 26 40/21 751 26 00 • TM: 91 618 6540

Das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 18h00 (pessoalmente ou através do telefone ou email: alberto.pinto@adfa-portugal.com)



A ADFCAR dispõe de informações e venda da VW, Audi e Skoda, e também para a Mercedes, Ford, Citroën, BMW, Honda, Toyota, Land Rover e Jaguar.

AUDI	Preço Base	Preço V. Público
AUDI A1		
MOTORES GASOLINA		
30 TFSI 116cv	20.182,10	25.139,11
30 TFSI 116cv S tronic	21.737,57	27.150,32
35 TFSI 150 cv S tronic	21.880,23	29.524,55
30 TFSI 116 cv Advanced	20.814,00	25.961,54
30 TFSI 116cv S tronic Advanced	22.377,78	27.955,76
35 TFSI 150cv S tronic Advanced	23.026,37	30.934,30
30 TFSI 116cv S tronic S line	23.360,19	29.173,12
35 TFSI 150cv S tronic S line	24.090,64	32.252,35
40 TFSI 200cv S tronic S line	23.299,02	43.930,00
AUDI A 3 SPORTBACK		
30 TFSI 116cv Sport	23.804,00	29.640,00
30 TFSI 116cv Design	23.804,82	29.650,00
30 TDI 116cv Sport	23.016,04	33.680,00
35 TDI 150cv Sport	26.338,17	39.100,00
35 TDI 150cv Base S tronic	26.587,52	40.640,00
35 TDI 150cv Sport S tronic	27.919,00	42.190,00
35 TDI 150cv Design S tronic	27.920,85	42.280,00
AUDI Q2		
1.0 TFSI Sport 116cv	24.928,04	31.077,84
1.0 TFSI Sport S tronic 116cv	26.752,99	33.517,57
1.6 TDI Sport 116 cv	23.476,56	35.322,45
1.6 TDI Base S tronic 116 cv	23.940,36	36.674,47
1.6 TDI Sport S tronic 116 cv	25.663,94	38.749,47
2.0 TDI Design S tronic 116cv	25.663,94	38.794,47
AUDI Q3		
1.5 TFSI S tronic 150cv	33.465,15	42.970,00
1.5 TFSI S tronic S line 150cv	35.375,62	45.390,00
2.0 TDI S tronic 150cv	32.406,61	49.000,00
2.0 TDI S tronic Advanced 150cv	33.853,77	50.780,00
2.0 TDI S tronic S line 150cv	34.524,19	51.800,00
2.0 TDI Quattro S line 150 cv	34.722,96	60.730,00
AUDI Q3 SPORTBACK		
2.0 TDI Base S tronic 150cv	34.520,44	51.600,00
2.0 TDI Sline S tronic 150cv	36.434,76	54.150,00
2.0 TDI Sline S tronic quattro 190cv	36.456,56	65.250,00
AUDI A 4 LIMOUSINE		
2.0 TDI S tronic 163cv	35.101,59	47.200,00
2.0 TDI S tronic 190cv	34.294,04	49.150,00
2.0 TDI Quattro S tronic 190cv	36.554,63	53.710,00
2.0 TDI S tronic Advanced 190cv	36.367,21	51.700,00
2.0 TDI S tronic S line 190cv	37.824,04	53.580,00
2.0 TDI Quattro S tronic S line 190cv	40.082,46	58.440,00
AUDI A 5 SPORTBACK		
2.0 TDI S tronic 163cv	37.536,09	50.353,00
2.0 TDI S tronic Advanced 163cv	38.996,25	52.149,00
2.0 TDI S tronic S line 163cv	40.587,31	54.106,00
2.0 TDI S tronic 190cv	37.830,55	53.588,00
2.0 TDI S tronic Advanced 190cv	39.290,71	55.384,00
2.0 TDI S tronic S line 190cv	40.882,59	57.342,00
2.0 TDI quattro S tronic 190cv	40.230,93	58.818,00
2.0 TDI quattro S tronic Advanced 190cv	41.690,60	60.418,00
2.0 TDI quattro S tronic S line 190cv	43.281,34	62.570,00
AUDI Q5		
MOTORES GASOLINA/HIBRIDOS		
2.0 TFSIle quattro S tronic 299cv	50.527,29	63.456,00
2.0 TFSIle quattro S tronic Sport 299cv	51.987,46	65.252,00

2.0 TFSIle quattro S tronic Sport 367cv	56.035,07	70.228,00
2.0 TDI S tronic 150cv	33.358,70	49.004,53
MOTORES DIESEL		
2.0 TDI V6 quattro Tiptronic 286cv	43.264,62	88.500,00
2.0 TDI V6 quattro Tiptronic Sport 286cv	44.728,03	90.300,00
2.0 TDI V6 quattro Tiptronic Design 286cv	44.728,04	90.300,00
AUDI A 6 LIMOUSINE		
2.0 TFSIle quattro toptronic 220 KW	53.668,52	67.300,00
2.0 TFSIle quattro toptronic Competition 270 KW	60.659,34	75.900,00
2.0 TDI S tronic 204cv	45.823,99	61.130,00
2.0 TDI S tronic quattro 204cv	49.020,77	65.900,00
2.0 TDI S tronic Sport 204cv	47.931,84	63.740,00
2.0 TDI S tronic Sport quattro 204cv	51.128,71	68.610,00
2.0 TDI S tronic Design 204cv	47.425,62	63.100,00
2.0 TDI S tronic Design quattro 204cv	50.622,12	67.870,00

SKODA	Preço Base	Preço V. Público
SKODA SCALA		
MOTORES GASOLINA		
AMBITION 1.0 TSI 116 cv	17.444,45	23.274,09
AMBITION 1.0 TSI 116 cv DSG	18.968,78	25.220,03
STYLE 1.0 TSI 116 cv	20.029,08	26.497,22
STYLE 1.0 TSI 116 cv DSG	21.553,41	28.417,11
MONTE CARLO 1.0 TSI cv	20.865,13	27.525,56
MONTE CARLO 1.0 TSI cv DSG	22.389,46	29.445,45
MOTORES DIESEL		
AMBITION 1.6 TDI 116 cv	18.393,27	28.181,97
AMBITION 1.6 TDI 116 cv DSG	19.015,45	29.387,71
STYLE 1.6 TDI 116 cv	20.459,42	30.811,42
STYLE 1.6 TDI 116 cv DSG	21.081,59	32.017,16
MONTE CARLO 1.6 TDI 116 cv	21.036,23	31.520,90
MONTE CARLO 1.6 TDI 116 cv DSG	21.658,40	32.814,73
FÁBIA BREAK		
AMBITION 1.0 TSI 95 cv	14.981,59	20.133,14
STYLE 1.0 TSI 95 cv	16.001,59	21.392,88
STYLE 1.0 TSI 110 cv	16.559,06	22.113,60
MONTE CARLO 1.0 TSI 110 cv	17.030,91	22.702,97
SCOUTLINE 1.0 TSI 110 cv	17.646,37	23.457,15
SKODA OCTAVIA BREAK		
MOTORES GASOLINA		
AMBITION 1.5 TSI 150 cv	19.879,99	28.432,60
AMBITION 1.5 TSI 150 cv DSG	21.533,94	30.573,94
STAYLE 1.5 TSI 150 cv	21.599,32	30.600,41
STAYLE 1.5 TSI 150 cv DSG	23.852,12	33.461,26
RS245 2.0 TSI 245 cv DSG	26.554,70	41.254,90
MOTORES DIESEL		
AMBITION 1.6 TDI 115cv	19.427,61	29.718,49
AMBITION 2.0 TDI 150 cv	20.484,02	33.496,86
AMBITION 2.0 TDI 150 cv DSG	21.754,29	35.323,58
STYLE 2.0 TDI 150 cv	22.120,39	35.685,78
STYLE 2.0 TDI 150cv DSG	23.675,83	37.775,16
SKODA SUPERB BREAK		
AMBITION 1.6 TDI 120 cv DSG	30.319,68	45.779,84
AMBITION 2.0 TDI 150 cv	25.346,18	39.618,81
STYLE 2.0 TDI 150 cv	28.827,03	43.900,27
SPORTLINE 2.0 TDI 150 cv	30.047,48	45.577,60
AMBITION 2.0 TDI 150 cv DSG	26.416,83	41.200,00
STYLE 2.0 TDI 150 cv DSG	29.898,99	45.483,05
SPORTLINE 2.0 TDI 150 cv DSG	31.119,43	47.600,84
LAURIN & KLEMENT 2.0 TDI 190 cv DSG	35.246,52	54.142,66

SKODA KAROQ	Preço Base	Preço V. Público
MOTORES GASOLINA		
STYLE 1.0 TSI 116 cv	24.650,17	32.253,92
SPORTLINE 1.5 TSI 150 cv	26.389,17	36.831,64
SPORTLINE 1.5 TSI 150 cv DSG	27.869,49	38.827,74
MOTORES DIESEL		
STAYLE 2.0 TDI 150 cv	21.732,31	36.168,95
SPORTLINE 2.0 TDI 150 cv	21.407,68	36.277,73
SCOUT 2.0 TDI 150 cv 4X4 DSG CO 2 (172)	27.815,04	52.627,08
SKODA KODIAQ		
AMBITION 2.0 TDI cv DSG	27.557,58	39.362,34
STYLE 2.0 TDI 150 cv DSG	31.540,39	44.417,50

VOLKSWAGEN	Preço Base	Preço V. Público
E-UP! (BL3)		
MOTORES 100% ELÉTRICO		
e-up 82cv 4 portas CO2 0	18.473,11	22.762,73
E-UP! PA (122)		
MOTORES GASOLINA		
1.0 60cv Take up! BlueMotion Tech 4 portas	9.939,78	12.524,80
1.0 60cv Move up! BlueMotion Tech 4 portas	11.071,83	13.922,37
1.0 60cv Move up! R-Line	13.147,73	16.480,61
1.0 TSI 115cv GTI	15.841,07	19.773,23
POLO NF (AW1)		
MOTORES GASOLINA		
Polo 1.0 80cv Trendline	13.515,03	16.934,02
Polo 1.0 TSI 80cv Confortline	14.441,08	18.073,06
Polo 1.0 TSI 95cv Confortline DSG	16.506,13	20.720,10
Polo 2.0 TSI 200 cv GTI DSG	21.465,70	32.729,45
MOTORES DIESEL		
1.6 TDI 95 cv Confortline	16.577,93	24.442,27
E-GOLF (BE2)		
MOTORES 100% ELÉTRICO		
E-Golf	34.837,02	42.904,36
GOLF GP (BQ1)		
MOTORES GASOLINA		
Golf 1.0 TSI 115 cv 5P Stream	21.269,86	26.467,36
Golf 1.5 TSI 115cv 5P BluMotion Stream	20.750,94	28.002,70
Golf 1.5 TSI 115 cv DSG 5P Stream	23.162,78	33.158,30
Golf 1.5 TSI 150cv DSG 5 P Stream	22.989,91	30.876,49
MOTORES DIESEL		
Golf 1.6 TDI 1515cv 5 P Trendline	20.818,40	29.658,06
Golf 1.6 TDI 115cv 5 P Stream	21.871,70	30.953,63
Golf 2.0 TDI 150 cv 5P Stream	25.393,54	37.940,76
Golf 2.0 TDI 150cv DSG 5 P Highline	29.303,83	43.719,83
MOTORES GASOLINA/GNC		
Golf 1.1 TGI 130cv DSG 5p Stream	25.298,60	33.534,10
MOTORES ELÉTRICOS/GASOLINA		
e-Golf 1.4 GTE Plug-in Hybrid 5p	37.820,76	46.915,06
GOLF VARIANTE		
Golf Variant 1.0 TSI 115 cv Trendline	21.391,65	26.622,30
Golf Variant 1.0 TSI 115 cv Confortline	22.127,27	27.527,11
Golf Variant 1.5 TSI 130 cv BlueMotion Confortline	21.609,82	29.089,03
Golf Variant 1.5 TSI 150 cv DSG R-Line	25.043,78	33.579,79
Golf Variant 1.6 TDI 115cv Confortline	23.139,73	32.601,40
Golf Variant 1.6 TDI 115cv Highline	26.576,34	37.356,99
Golf Variant 2.0 TDI 150cv Confortline	26.538,06	39.524,64
Golf Variant 2.0 TDI 150cv DSG R-Line	28.092,07	42.405,55
Golf Variant 2.0 TDI 150cv DSG	30.301,41	45.035,04
MOTORES GASOLINA/GNC		
Golf Variante 1.5 TGI 130cv DSG Confortline	26.139,09	34.583,36

T-ROC (A11)	Preço Base	Preço V. Público
1.0 TSI 115 cv STYLE	21.284,83	26.615,82
1.5 TSI 150 cv STYLE	21.814,71	29.607,96
1.5 TSI 150 cv STYLE DSG	22.438,68	30.784,52
1.5 TSI 150 cv SPORT	23.687,86	32.087,25
1.5 TSI 150 cv SPORT DSG	24.116,22	33.023,21
1.6 TDI 115 cv STYLE	20.867,61	31.128,06
1.6 TDI 115 cv SPORT	22.740,76	33.637,12
ARTEON (3H7)		
2.0 TDI 150 cv Elegance	33.509,58	47.571,04
2.0 TDI 150 cv DSG7 Elegance	34.713,25	49.492,49
2.0 TDI 150 cv Rline	34.719,61	49.059,42
2.0 TDI 150 cv DSG7 Rline	35.732,43	50.746,23
2.0 TDI 190 cv DSG7 Elegance	35.673,90	52.043,68
2.0 TDI 190 cv DSG7 Rline	36.376,26	52.907,02
PASSAT		
1.5 TSI 150cv Business	24.282,72	34.020,05
1.6 TDI 120 cv DSG	25.090,69	37.921,50
1.6 TDI 150cv Business	26.186,21	39.898,10
2.0 TDI 150cv DSG Business	27.821,22	42.349,64
2.0 TDI 150cv Elegance	30.217,12	44.944,21
2.0 TDI DSG 150 cv Elegance	31.470,42	46.926,25
PASSAT VARIANT		
1.5 TDI 120cv DSG Business	29.570,75	42.819,60
1.6 TDI 150 cv Business	28.919,29	41.925,06
2.0 TDI 150cv DSG Business	30.423,25	44.303,76
2.0 TDI 150cv Elegance	32.876,40	46.968,43
2.0 TDI 150cv DSG Elegance	34.068,62	48.875,66
MOTORES ELÉTRICOS/GASOLINA		
Passat 1.4 GTE Plug-in Hybrid	36.615,94	47.021,15
Passat 1.4 GTE + Plug-in Hybrid	38.079,18	48.823,51
MOTORES ELÉTRICOS/GASOLINA		
1.4 GTE Plug-in Hybrid	39.341,38	48.778,30
1.4 GTE + Plug-in Hybrid	40.804,62	50.579,37
TIGUAN NF (AD1)		
1.5 TSI 130cv Confortline	24.150,85	32.318,01
1.5 TSI 130 cv R-Line CL	26.350,60	35.191,77
1.5 TSI 150cv Confortline	26.769,24	35.823,57
2.0 TDI 150 cv Confortline	28.300,15	42.782,64
2.0 TDI 150 cv DSG Confortline	29.398,14	44.915,27
2.0 TDI 150 cv Highline DSG	30.978,45	47.054,44
2.0 TDI 150 cv R-Line	31.572,57	47.589,26
2.0 TDI 150 cv R-Line DSG	32.859,82	50.150,07
TOURAN (5T1)		
1.5 TSIcv Confortline	24.419,74	33.395,28



Associação dos Deficientes das Forças Armadas



FICHA TÉCNICA
 PROPRIEDADE E EDIÇÃO
 Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA
 Pessoa Colectiva n.º 500032246
 Email – jornal.elo@adfa-portugal.com
 Internet – http://www.adfa-portugal.com
 Direcção, Administração, Edição e Redacção
 Av. Padre Cruz
 Edifício ADFA – 1600-560 LISBOA
 Telefone – 21 751 26 00
 Fax – 21 751 26 10

DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO
 Nuno Santa Clara Gomes; Artur Caldeira Vilares; Manuel Lopes Dias, Cândido Patuleia Mendes; José Carlos Pavoieiro.

REDACÇÃO
 Director: José Diniz; Editor/Jornalista: Rafael Vicente (cart. prof. 2521 A); Fotojornalista: Farinho Lopes (cart.

prof. 4144); Coordenação Gráfica: Ivo Mendes

CORRESPONDENTES
 Paulo Teves (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Mangana (Castelo Branco), Manuel Paiva (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Aníbal Carvalho (Famalicão), Ludgero Sequeira (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), João Martins (Madeira), Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal) e João Gonçalves (Viseu)

COLABORADORES PERMANENTES
 Nuno Santa Clara, MC Bastos, (Episódios); Abel Fortuna (Reconhecer e Reparar); António Cardoso (Informática); Helena Afonso (Legislação); Augusto Silva (Museu da Guerra Colonial); Jerónimo Sousa (CRPG/PADM); Paula Afonso, Vanessa Braga, (Gabinete dos Órgãos Sociais); Victor Sengo (Coluna do Zangão); Ângela Henriques, António Cabrera, (Saúde e Bem-Estar); Ariadne Pignaton (Memória e Património).

ADFA solicita audiência

Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes

A Associação solicitou a marcação de uma audiência com a secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes (SERHAC), Catarina Sarmento e Castro, no dia 23 de Dezembro.

Aquando da visita da SERHAC às instalações da Delegação do Porto, no dia 7 de Dezembro, a governante incentivou a ADFA a solicitar uma audiência,

com o objectivo de encontrar de plataformas de projecção para o futuro, com base nas questões mais prementes da Associação.

Os temas propostos pela DN para a agenda dos trabalhos na audiência foram os seguintes: - Posicionamento da Caixa Geral de Aposentações em relação aos constrangimentos que cria na aplicação da actual redacção dada ao Decreto-Lei n.º 503/99,

de 20 de Novembro, e outras matérias relacionadas com os deficientes das Forças Armadas; - Reapreciação do Projecto do Centro Integrado do Porto (CAIP), para equacionar as perspectivas de envolvimento da Defesa Nacional na sua concretização. Foi também solicitado que a representação da ADFA inclua o presidente da Direcção da Delegação do Porto.

COVID-19

Associação em teletrabalho

Tomado conhecimento do comunicado do Conselho de Ministros, de 25 de Novembro de 2021, que ao decretar o “Estado de Calamidade” a partir de 1 de Dezembro determinou, “entre 2 e 9 de

Janeiro de 2022, a obrigatoriedade de adopção do regime de teletrabalho no território nacional continental, independentemente do vínculo laboral, sempre que as funções em causa o permitam”, a Direcção Nacional da ADFA decidiu que a Associação

permaneceria, a nível nacional, até 10 de Janeiro, em regime de teletrabalho.

Esta medida implicou o encerramento de todas as instalações e serviços da ADFA naquele período, mantendo-se os serviços em teletrabalho.

HFAR tem novo director

O capitão-de-mar-e-guerra da classe de médicos navais Francisco Manuel Gamito Ferreira Quarresma Guerreiro é o novo director do Hospital das Forças Armadas (HFAR).

No dia 5 de Janeiro último foi publicado em Diário da República (2.ª Série) o Despacho n.º 71/2022, do ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, que determina que o capitão-de-mar-

-e-guerra Francisco Gamito Guerreiro sucede ao brigadeiro-general Rui Teixeira de Sousa como director do HFAR.

Luto por Manuel Rodrigues dos Santos

Com grande pesar, a ADFA e o ELO tomaram conhecimento do falecimento do ex-presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Delegação do Porto, Manuel Rodrigues dos Santos, em 20 de Dezembro último. O funeral realizou-se no Mosteiro de Grijó. Neste momento difícil, relembra-se a sua dedicação à ADFA

e o seu longo percurso associativo como dirigente, em nome da causa comum dos deficientes das Forças Armadas.

A Equipa do ELO envia um abraço solidário à família de Manuel Rodrigues dos Santos e à sua família. (Ver notícia na página 7)

Faleceu o general Governo Maia

A ADFA lamentou o falecimento, em 6 de Dezembro último, do general Governo Maia, antigo vice-presidente da Cruz Vermelha Portuguesa e

grande amigo da Associação, e apresenta condolências aos seus familiares e à Instituição que serviu durante tantos anos como dirigente.



Condolências

Ao tomar conhecimento do falecimento de Maria Manuela Caetano Leandro, mãe do responsável pelo Serviço de Apoio Financeiro da ADFA (Sede Nacional), no dia 27 de Dezembro último, a Asso-

ciação e a Equipa do ELO expressaram profundo pesar e apresentaram sentidas condolências a Gustavo Leandro e sua Família.

Neste momento difícil e nas saudades que o futuro

trará, são as boas memórias, de uma vida de amor familiar, que prevalecerão.

A Equipa do ELO envia um abraço fraterno ao colega e amigo Gustavo Leandro e família.